

Instituto Politécnico de Beja
Escola Superior de Educação

Curso de Mestrado em Educação Especial – Especialização no Domínio
Cognitivo e Motor

O Centro de Apoio à Aprendizagem como Ponte para a Inclusão

Valorização da pluralidade humana e da diferença

Fátima Ventura Toscano Bravo

Beja

2019

Instituto Politécnico de Beja
Escola Superior de Educação

Curso de Mestrado em Educação Especial – Especialização no Domínio
Cognitivo e Motor

O Centro de Apoio à Aprendizagem como Ponte para a Inclusão

Valorização da pluralidade humana e da diferença

Dissertação de Mestrado apresentada na Escola Superior de Educação
Instituto Politécnico de Beja

Elaborado por:

Fátima Ventura Toscano Bravo

Orientado por:

Professor Doutor José Pereirinha Ramalho

Beja

2019

Agradecimentos

A realização deste trabalho de investigação não teria sido possível sem o incentivo, apoio, ajuda, carinho e colaboração de diversas pessoas, pelo que merecem o meu agradecimento, passando a enumerá-las.

Ao Professor Doutor José Pereirinha Ramalho, que como orientador sempre demonstrou total disponibilidade e o apoio necessário no encaminhamento da investigação um obrigado pela orientação e confiança.

A todos os professores do mestrado pelas aprendizagens que me proporcionaram.

Um agradecimento especial aos colegas que fizeram parte do estudo, às entrevistadas e inquiridos que constituíram a amostra deste estudo, pela sua participação e disponibilidade.

Um obrigado à direção do agrupamento de escolas onde realizei o estudo por me terem autorizado a sua realização.

Quero agradecer de uma forma muito especial o carinho e o apoio da família e dos meus dois gatos. Obrigado a todos. Bem hajam.

Resumo

A presente investigação parte de um caso específico, o Centro de Apoio à Aprendizagem, de um agrupamento de escolas em Beja e tem como objetivo geral investigar o contributo que este tem na inclusão dos alunos.

O Centro de Apoio à Aprendizagem foi criado recentemente com o decreto-lei n.º54/2018 com o fim de dar respostas educativas adequadas às necessidades específicas de cada aluno é um recurso pedagógico especializado dos estabelecimentos de ensino regular, que fornece meios e recursos diversificados.

O estudo desenvolvido assentou numa investigação de natureza qualitativa, interpretativa e descritiva. Inscreve-se num modelo de investigação misto, quantitativo e qualitativo.

Utilizaram-se como técnicas de recolha de dados o questionário dirigido aos professores do ensino regular, educação especial, encarregados de educação e assistentes operacionais, a entrevista à Vice-diretora e à Coordenadora da educação especial.

A partir das entrevistas e dos inquéritos a informação recolhida foi submetida a análise de conteúdo e tratamento estatístico para analisar as relações dos dados com as variáveis e objetivos da pesquisa.

De acordo com os resultados obtidos pode-se concluir que na opinião da maioria dos inquiridos o Centro de Apoio à Aprendizagem tem um papel relevante na inclusão de todos os alunos. Contudo, os inquiridos e as entrevistadas também referiram limitações ao processo de inclusão, como a não utilização dos materiais didáticos do Centro por parte da maioria dos docentes e a falta de recursos humanos para dar uma resposta mais eficaz aos alunos.

Palavras-chave: Inclusão, Recurso pedagógico, Centro de Apoio à Aprendizagem.

Abstract

This research starts from a specific case, the Learning Support Center, from a group of schools in Beja, and its general objective is to investigate its contribution to the inclusion of students.

The Learning Support Center was recently created with Decree-Law No. 54/2018 to provide appropriate educational responses to the specific needs of each student. It is a specialized educational resource for mainstream schools, providing diverse means and resources. .

The study developed was based on a qualitative, interpretative and descriptive research. It is part of a mixed research model, quantitative and qualitative.

The data collection techniques used were the questionnaire addressed to teachers of regular education, special education, parents and operational assistants, the interview with the Deputy Director and the Special Education Coordinator.

From the interviews and surveys, the information collected was subjected to content analysis and statistical treatment to analyze the data relations with the research variables and objectives.

According to the results it can be concluded that in the opinion of most respondents the Learning Support Center has a relevant role in the inclusion of all students. However, respondents and interviewees also mentioned limitations to the inclusion process, such as the non-use of the Center's teaching materials by most teachers and the lack of human resources to respond more effectively to students.

Key words: Inclusion, Pedagogical resource, Learning Support Center.

“ Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade (Declaração Universal dos Direitos Humanos) ”.

Abreviaturas

CAA - Centro de Apoio à Aprendizagem.

DUA - *Universal Design for Learning* (UDL) Desenho Universal de Aprendizagem.

D U H – Declaração Universal dos Direitos do Homem.

NE - Necessidades educativas.

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, recentemente publicado e em vigor, vem terminar com o regime de educação especial e a categorização de necessidades educativas especiais, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 319/1991, de 23 de agosto, e prolongados pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, durante os últimos anos.

Decreto-lei 54/2018, p. 2926, dá-se a abolição do termo NEE (Necessidades Educativas Especiais).

NEE- Necessidades educativas especiais. O conceito de Necessidades Educativas Especiais passou a ser conhecido em 1950 a partir da sua formulação no "Relatório *Warnock*", apresentado ao parlamento do Reino Unido, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do Estado para o País de Gales.

SPSS - *Stastical Package for Social Sciences* (Pacote Estatístico para Ciências Sociais).

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

(Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

DL- Decreto-Lei.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Abreviaturas	7
Índice de quadros, tabelas e apêndices	10
Introdução	13
Parte I – Enquadramento teórico	15
Capítulo 1. Quadro teórico	16
1.1. Visão Geral da Inclusão	16
1.1.1. Da exclusão à segregação	16
1.1.2. Da segregação à integração	17
1.1.3. Da integração à inclusão	19
1.2. Ambiente inclusivo	21
1.2.1. A escola e o professor	21
1.2.2. A inclusão de alunos com necessidades educativas	23
1.2.3. Recursos de aprendizagem: o currículo	24
1.2.4. O trabalho pedagógico interdisciplinar e as aprendizagens	25
1.2.5. Os materiais pedagógicos	26
1.2.6. Transição para a vida pós-escolar	27
1.2.7. Modelo pedagógico de apoio à educação inclusiva	28
1.2.8. Desenho universal para a aprendizagem (DUA)	30
1.2.9. Decreto-Lei n.º 54/2018	31
1.2.9.1. Centro de Apoio à Aprendizagem	33
1.2.9.2. Reflexão	39

Parte II – Estudo empírico	41
Capítulo 2. Metodologia da Investigação	42
2- Levantamento do Problema	42
2. 1. A problemática e a sua contextualização	42
2.1.1. Os objetivos da investigação	43
2.1.2. O modelo da investigação	44
2.1.3. Os participantes e a sua caraterização	45
2.1.4. As técnicas de recolha e tratamento de dados	47
2.1.5. Apresentação e interpretação dos resultados	51
2.1.6. Quadro Síntese dos resultados dos inquéritos e das entrevistas	68
2.1.7. Discussão dos resultados	72
Conclusão	75
Referências bibliográficas	78
Apêndices	84

Índice de quadros

Quadro 1- Conceito de Inclusão	64
Quadro 2- Expectativas sobre o CAA	64
Quadro 3- O Centro facilitador do processo de Inclusão	65
Quadro 4 - Considerações sobre se o Centro é Inclusivo	65
Quadro 5- A preparação do Centro para a Inclusão dos alunos na sociedade	66
Quadro 6 - O papel do Centro nas atividades de aprendizagem	66
Quadro 7- A articulação do Centro de Apoio à Aprendizagem com os docentes	67
Quadro 8 - O apoio do Centro na criação de recursos e instrumentos	67

Índice de tabelas

Tabela 1-Opinião dos docentes do regular sobre a inclusão dos alunos com NE nas turmas.	52
Tabela 2-Opinião dos docentes do regular sobre a participação de todos os alunos nas atividades de aprendizagem da turma.	52
Tabela 3- Avaliação dos docentes de educação especial relativamente à inclusão dos alunos com NE nas turmas.	53
Tabela 4-Opinião dos docentes de educação especial sobre a preparação de atividades com os docentes do ensino regular para promover o relacionamento entre os alunos.	53
Tabela 5-Opinião dos encarregados de educação sobre a inclusão dos alunos na turma.	54
Tabela 6-Opinião dos encarregados de educação sobre a inclusão dos alunos nas atividades da escola.	54
Tabela 7-Opinião dos assistentes operacionais sobre a inclusão dos alunos na turma.	54
Tabela 8-Opinião dos docentes do ensino regular sobre o apoio do Centro na criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.	55
Tabela 9-Opinião dos docentes de educação especial sobre o apoio dos docentes do Centro na criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.	55

Tabela 10-Avaliação dos docentes de educação especial sobre o papel do Centro na criação de materiais adaptados ao currículo do aluno em conjunto com os docentes da turma.	56
Tabela 11-Avaliação dos docentes de educação especial sobre se o docente da turma realiza as adaptações curriculares em conjunto com os docentes do Centro.	56
Tabela 12-Na opinião dos docentes de educação especial, os docentes da turma realizam com os docentes do Centro instrumentos de avaliação diferenciados.	57
Tabela 13-Opinião dos docentes do ensino regular sobre se o Centro desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.	57
Tabela 14-Opinião dos docentes de educação especial, sobre se o Centro desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.	58
Tabela 15-Opinião dos encarregados de educação, sobre se o Centro facilita a aprendizagem, autonomia e adaptação do aluno ao contexto escolar.	58
Tabela 16-Opinião dos assistentes operacionais, sobre se o Centro facilita a aprendizagem, autonomia e adaptação do aluno ao contexto escolar.	59
Tabela 17-Opinião dos docentes de educação especial, sobre se o Centro promove a criação de ambientes estruturados, ricos em Comunicação e interação.	59
Tabela 18- Avaliação dos docentes dos docentes do ensino regular, sobre se o Centro promove a criação de ambientes estruturados, ricos em Comunicação e interação.	60
Tabela 19- O Opinião dos docentes do ensino regular sobre a utilização dos materiais didáticos do Centro.	60
Tabela 20-Avaliação dos encarregados de educação, sobre se o Centro tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.	61
Tabela 21-Opinião dos assistentes operacionais sobre se o Centro tem materiais.	61
Tabela 22-Avaliação dos professores do ensino regular, sobre se o Centro apoia a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.	62
Tabela 23-A opinião dos docentes de educação especial, sobre se o Centro apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.	62
Tabela 24-Avaliação dos encarregados de educação sobre, se o Centro apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.	63

Tabela 25-Opinião dos assistentes operacionais, sobre se o Centro apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.	63
--	----

Índice de apêndices

Apêndice I – Declaração de Consentimento Informado para a participação na Investigação.	84
Apêndice II - Guião de entrevista à Vice – diretora.	85
Apêndice III- Guião de entrevista à Coordenadora da Educação Especial.	87
Apêndice IV- Entrevista à Vice – Diretora.	89
Apêndice V- Entrevista à Coordenadora da Educação Especial.	92
Apêndice VI- Respostas da Entrevista à Coordenadora da Educação Especial.	93
Apêndice VII- Questionário aos docentes.	95
Apêndice VIII- Questionário aos professores de Educação Especial.	98
Apêndice IX - Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos.	101
Apêndice X - Questionário aos Assistentes Operacionais.	102

Introdução

O trabalho que se apresenta teve como fonte de inspiração a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os princípios da Declaração de Salamanca.

Os documentos citados têm como desígnio a promoção de uma escola regular onde todos têm direito à educação independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, linguísticas ou outras.

A Educação para todos surgiu no ano de 1990, na sequência de uma Conferência Mundial que se realizou na Tailândia e que teve como objetivo proporcionar a educação básica a todas as crianças e reduzir o analfabetismo entre os adultos.

Em 2000, o Fórum Mundial da Educação que decorreu em Dacar, no Senegal, determinou que até 2015, todas as crianças deveriam ter acesso à educação básica, gratuita e de qualidade.

Consideramos que é possível, construirmos uma escola inclusiva, onde todos os alunos têm direito à educação e a participar na sociedade em que estão inseridos, um modelo de escola democrático que valoriza a multiplicidade humana e aceita as diferenças individuais.

O Centro de Apoio à Aprendizagem, criado recentemente com o decreto-lei n.º 54/2018, tem as suas raízes nos princípios e nas práticas intrínsecas à inclusão e no desenvolvimento de uma educação diferenciada capaz de responder às necessidades educativas de cada aluno.

O princípio de uma educação inclusiva implica necessariamente diferenciação, neste sentido e segundo Sanches (2003), uma escola inclusiva é responsável pela criação das condições necessárias à viabilização do processo de aprendizagem de cada um dos alunos.

A Comunidade Educativa é o principal agente da educação inclusiva, é constituída pelos professores, assistentes operacionais, alunos, pais e todas as outras pessoas que colaboram nos serviços da escola e apoio à educação. O clima positivo resulta das relações entre estas pessoas e da interação das mesmas nas suas funções. A ação destas pessoas promove a inclusão, tornando a escola um local seguro e acolhedor para todos os alunos conviverem e crescerem, respeitando as diferenças. Isto é, a educação é na sua essência uma atividade relacional. O alvo da investigação ficou, assim, circunscrito a um grupo de elementos da comunidade educativa (professores, assistentes operacionais, alunos, pais), tendo em conta a natureza do estudo em causa e a acessibilidade aos elementos da população.

Com base neste modelo de escola inclusiva, o objetivo desta investigação é compreender o contributo do Centro de Apoio à Aprendizagem na inclusão dos alunos de um agrupamento em Beja.

O trabalho estrutura-se em duas partes, o enquadramento teórico (Parte I) e o estudo empírico (Parte II).

O capítulo primeiro trata o quadro teórico. Aborda uma visão geral sobre a Inclusão tratando-se de uma contextualização histórica que vai desde a exclusão à segregação, da segregação à integração e da integração à inclusão e uma breve reflexão. Prossegue com a temática do ambiente inclusivo, o papel da escola e do professor no contexto educativo dos alunos com e sem Necessidades Educativas. Realizamos uma breve abordagem teórica ao atual modelo pedagógico de apoio à Educação inclusiva, ou seja, o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA). Explicamos o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem e terminamos com o papel que este tem na inclusão dos alunos.

O capítulo segundo apresenta o estudo empírico, definimos a problemática e a sua contextualização, o modelo de investigação, os objetivos da investigação, os participantes, as técnicas e a metodologia de recolha e tratamento de dados, a apresentação e interpretação dos resultados e a discussão dos resultados.

Terminamos com a conclusão, onde apresentamos as sugestões para estudos futuros.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Quadro teórico

No presente capítulo é apresentada a revisão da literatura. Abordamos em primeiro lugar, de modo genérico, a história da inclusão. Prossegue-se com o contexto inclusivo dos alunos com e sem necessidades educativas (NE) nas escolas do ensino regular. Por fim, coloca-se em evidência o papel do Centro de Apoio à Aprendizagem na inclusão dos alunos.

Visão geral da inclusão

1.1.1. Da exclusão à segregação

Para os Gregos e Romanos as crianças com deficiências eram consideradas algo de mal. Os Gregos e os Romanos por causa deste estigma excluíram muitas crianças com limitações físicas e cognitivas. Isto é, segundo Correia (1999), a “História assinala políticas extremas da sua exclusão na sociedade: em Esparta, na Antiga Grécia, crianças com deficiências físicas eram colocadas nas montanhas e, em Roma, atiradas aos rios” (p. 13).

Na Grécia Antiga e na civilização Romana a criança com deficiência física, sensorial ou mental era considerada sub-humana e pressagiava má sorte o que legitimava a sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos de beleza que serviam de base à organização social e cultural.

Na Idade Média, a sociedade, considerava que a deficiência resultava das forças demoníacas e, nesse sentido, excluíram muitos seres humanos fisicamente e mentalmente diferentes. Isto é, de acordo com Correia (1997), muitos “seres humanos fisicamente e mentalmente diferentes eram por isso associados à imagem do diabo e a atos de feitiçaria e bruxaria e foram vítimas de perseguições, julgamentos e execuções” (p. 13).

Contudo, as primeiras atitudes de caridade surgiram nos tempos medievais graças à piedade de alguns nobres e ordens religiosas que fundaram hospícios e albergues para acolher deficientes e marginalizados.

Nos séculos XVII e XVIII, as pessoas com deficiência física ou cognitiva eram colocadas em instituições longe das povoações e da família.

1.1.2. Da segregação à integração

Pereira (1988) defende, como último período na história da educação especial, o período da integração que remonta à segunda metade do século XX, em que se vive uma época de lutas sociais, a favor da declaração dos Direitos do Homem e da Criança. Em finais da década de cinquenta do século XX, o princípio da normalização estava associado à integração, ou seja, regularizar significava o envolvimento da criança com limitações na escola e na sociedade.

A integração baseava-se no princípio da aceitação da pessoa e das suas desigualdades. Neste sentido, de acordo com Bautista (1997), a integração corresponde a uma aceitação e valorização das diferenças humanas.

A integração implica o princípio da distinção, ou seja, requer práticas pedagógicas e métodos de ensino diferenciados. Isto é, segundo Bautista (1997), o “princípio de normalização implica, de uma perspetiva pedagógica, o princípio da individualização, de tal modo que o atendimento educativo a dar aos alunos se ajustará às características e particularidades de cada um deles” (p. 26).

A normalização adveio da integração na escola, tal acarretou, “reunir a educação regular e a educação especial, visando o apoio adequado às necessidades de aprendizagem de todas as crianças” (Leite, 2003, p. 22).

A integração escolar decorreu da aplicação do princípio da “normalização” e, nesse sentido, a educação dos alunos com deficiência deveria ser feita em instituições de ensino regular.

Nas escolas do ensino regular deu-se a união entre a educação regular e a educação especial com o fim de dar apoio adequado às necessidades de aprendizagem de todos os alunos.

A integração escolar começou a ser uma prática vulgar nos países da Europa do Norte e nos E.U.A. nos anos 50 e 60 do século XX, após a aprovação pelo Congresso da *Public Law 94 -142* (“*The Education for all Handicapped Children Act*”).

Esta lei surgiu devido ao recurso a decisões judiciais de muitos pais americanos para a integração dos seus filhos nas escolas regulares.

Em Inglaterra, com o *Warnok Report Special Education Needs*, publicado em 1978 e legislado em 1981 pelo “*Education Act*”, deu-se mais um avanço na integração escolar, no sentido de integrar na escola do ensino regular o aluno diferente.

No ano de 1981, na órbita dos trabalhos desenvolvidos no “Ano Internacional do Deficiente” reconheceu-se o direito à igualdade de oportunidades e o direito à plena participação na sociedade de todos os cidadãos.

Incluir significa a prática de integrar fisicamente e socialmente o aluno na escola regular. Isto é, para Rodrigues (2003), estar “incluído é muito mais do que uma presença física: é um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança” (p. 95).

Não devemos confundir integração com inclusão, neste sentido, e de acordo com Correia (1999), concluímos que “se a integração física não estiver articulada com a necessária integração social e académica, tal prática resulta falaciosa e irresponsável” (p. 20).

1.1.3. Da integração à inclusão

As preocupações manifestadas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) referiam-se à necessidade de todas as pessoas terem acesso à educação e à integração social.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), todos os alunos devem aprender juntos em escolas do ensino regular. Do ponto de vista pedagógico, tal integração permite a interação entre alunos com e sem NE, promovendo um desenvolvimento sócio emocional e pessoal conjunto.

Segundo Ainscow (2009), o “pretendido é banir a exclusão social do sistema educativo, criando condições de acesso e sucesso a todas as pessoas” (p. 52). Para Costa (1999) inclusão significa o empenho da escola em receber todas as crianças, reestruturando-se de forma a poder dar resposta adequada à diversidade dos alunos.

Hoje, as escolas que não ensinam a todos os alunos infringem o princípio do artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem que diz “Todas as pessoas têm direito à educação (...)”.

Em Portugal, só em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, e de acordo com o artigo 7 da Lei de Bases do Sistema educativo são criadas equipas de educação especial que zelam por assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades.

Em 1986, o reconhecimento de que as escolas não estavam a desempenhar o seu papel ao não apresentar respostas educativas para todos os alunos ao nível de currículo e a possibilitar aos alunos a frequência numa escola da sua área de residência, levaram à reestruturação do sistema educativo, nascendo assim, o Movimento da Inclusão.

No século XX defende-se que todos os cidadãos têm os mesmos direitos: o direito à educação e ao ensino.

Em Portugal, a integração escolar iniciou-se no ano de 1970, tendo sido criadas e regulamentadas as Equipas de Educação Especial em 1983 e o regime educativo especial para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (Decreto 319/91, de 23 de agosto).

Segundo Bautista (1997), atualmente o “modelo da escola inclusiva geradora de sucesso para todos, é uma exigência social e política, é a tradução, em termos educacionais, dos valores da democracia, da justiça social e da solidariedade” (p. 123). As escolas portuguesas vivem de acordo com os ideais democráticos de abril respeitando a individualidade e a diferença de todos os alunos. O direito de todos os alunos à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração de Educação para Todos.

Para Rodrigues (2003), na escola inclusiva, todos os alunos estão na escola para aprender, participando. Não é apenas a presença física, é a pertença à escola e ao grupo, de tal maneira que a criança ou o jovem sente que pertence à escola e a escola sente-se responsável pelo aluno.

1.2. Ambiente inclusivo

1.2.1. A escola e o professor

A escola é um meio eficaz no combate à discriminação, porque, segundo Nielsen Lee (2011), estimula a “ação positiva entre alunos com e sem necessidades educativas especiais” (p. 25). Alberoni (1992) sugere que, a “amizade é possível porque não se baseia na desigualdade e na necessidade, mas naquilo que se acrescenta à edificação da personalidade do outro” (p. 45). Desta forma, os professores devem criar ambientes de aprendizagem que valorizem a criação de círculos de amizade e que facilitem as interações sociais porque incluir é aprender em conjunto. Ou seja, para Lee (2011), a “ação positiva entre alunos com e sem necessidades educativas especiais depende da atitude do professor e da sua capacidade para promover um ambiente educativo positivo” (p. 25). A sala de aula deve contribuir para a normalização de comportamentos e para a melhoria da capacidade de socialização e comunicação.

O professor desempenha um papel fundamental na criação de ambientes educacionais positivos e enriquecedores capazes de facilitar o sucesso educativo de todos os alunos. Ou seja, para Lee (2011), a “criação de um ambiente positivo e confortável é essencial para que a experiência educativa tenha sucesso e seja gratificante para todos os alunos” (p. 23). O professor deve proporcionar um ambiente seguro para que todos os alunos possam desenvolver as suas capacidades. Podemos afirmar que quanto mais positivo for o ambiente mais os alunos progredirão, sobretudo, aqueles que procedem de meios sociais mais desapossados.

Uma boa atmosfera produz um efeito positivo sobre aqueles que nela vivem e age pela relação de consideração e de estima. Esta relação está presente no triângulo da ressonância apresentada na teoria com este nome (teoria da ressonância), envolvendo de um modo positivo o professor, o aluno e o saber.

Aprender em conjunto desenvolve a comunicação, a relação, a empatia, a onda de alegria, a amizade e a energia do amor, os talentos e as capacidades. Este sentir é estruturante do ambiente escolar e deve ser a marca de qualidade das escolas juntamente com a qualidade do seu currículo ensinado e aprendido.

Segundo, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, um dos objetivos do Centro de Apoio à Aprendizagem é “promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação, interação e fomentadores da aprendizagem” (54: 13, e). É na interação que os alunos com e sem NEE conhecem o que têm de bom em si e nos outros, o direito à educação é um direito humano, isto é, o direito humano à inclusão.

A inclusão pressupõe práticas democráticas, igualdade sobre a diferença, valorização das capacidades mais do que as incapacidades e uma nova ética que contribua para o enriquecimento educativo.

Miranda (2010) chama a atenção para a necessidade de “criar ambientes na escola que apoiem a inclusão de todos os alunos, requer empenho, planificação colaborativa e colaboração na resolução de problemas, assim como uma constante atenção à harmonização de princípios inclusivos com práticas educativas” (p. 55).

A escola inclusiva é o sistema educativo, segundo o qual os alunos com Necessidades Educativas Específicas usufruem de instrução, incluídos em contextos de sala de aula regular, sendo, igualmente, destinatários de ensino e apoio, tendo em linha de conta, as suas potencialidades.

1.2.2. A inclusão de alunos com necessidades educativas

A Declaração de Salamanca contribuiu para que os alunos com NE deixassem de ser alvo de segregação, graças ao princípio enunciado da escola para todos que cimenta o direito de todos os alunos a aprenderem juntos.

A inclusão transpõe o conceito de integração, implica, para Correia (2010), a “inserção do aluno com NEE na classe regular, onde, sempre que possível, deve receber todos os serviços educativos adequados, contando-se, para esse fim, com um apoio adequado às suas características e necessidades” (pp.16 - 17). Neste sentido, a educação inclusiva abarca, um conjunto de serviços de apoio especializado, com o objetivo de maximizar o potencial do aluno.

Para Correia (2013), a inclusão, deve “responder às necessidades dos alunos com NEE, provendo-lhes uma educação apropriada que considere três níveis de desenvolvimento essenciais: académico, sócio emocional e pessoal” (p. 21). Uma educação apropriada ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal.

Inclusão é permitir que Todos os alunos tenham direito a uma educação baseada na igualdade e na qualidade.

1.2.3. Recursos de aprendizagem: o currículo

De acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2018 uma escola inclusiva, para ser promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos, implica que lhe seja dada autonomia, para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades dos seus alunos. Inclusão é permitir à escola decidir a gestão dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, que todos os alunos tenham direito a uma educação baseada na igualdade e na qualidade.

Nas palavras de Abrantes (2000) o currículo deve integrar respostas adaptáveis à realidade de cada escola, ou seja, a “própria noção de currículo integra a procura de respostas adequadas às diversas necessidades e características de cada aluno, grupo de alunos, escola ou região” (p. 6).

Segundo Tomlinson (2005) uma diferenciação eficaz deve ser centrada no estudante, o professor deve utilizar de forma flexível a complexidade dos conteúdos, adaptar os processos, as estratégias e os materiais ao aluno.

A flexibilização curricular só é exequível em função das aprendizagens consideradas socialmente essenciais, isto é, segundo Roldão (1999), o “corpo de aprendizagens socialmente reconhecidas como necessárias, sejam elas de natureza científica, pragmática ou humanista, cívica, interpessoal ou outras” (p. 47). Por outras palavras, flexibilizar o currículo significa incluir no currículo conhecimento que a sociedade considera adequado.

Para Costa (1996), a elaboração do currículo e dos planos educativos individuais exige planeamento para grupos heterogéneos, adaptações curriculares individualizadas para os alunos com NE, participação dos técnicos e encarregados de educação na elaboração dos planos curriculares individuais.

1.2.4. O trabalho pedagógico interdisciplinar e as aprendizagens

Este método de ensino denominado, interdisciplinaridade, tem raízes na história da ciência moderna, principalmente a partir do século XX.

Para Fazenda (1999), a interdisciplinaridade é entendida como ação, permite aos alunos perceber que o conhecimento é integrado e globalizado. A interdisciplinaridade possibilita diversas aprendizagens colocando em relação várias disciplinas escolares. Esta prática ajuda os alunos, pois, permite que disciplinas distintas interajam, complementando ou suplementando os conteúdos, possibilitando a formulação de um saber mais crítico e reflexivo.

O Centro de Apoio à aprendizagem, segundo, o artigo 21 do Decreto - Lei n.º 55, de 6 de julho, constitui no contexto educativo um espaço privilegiado para o desenvolvimento de dinâmicas pedagógicas. Este método é valorizado no artigo 21 do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que recomenda o desenvolvimento do trabalho de natureza interdisciplinar e de articulação disciplinar, indicando-nos que deve ser operacionalizado preferencialmente pelas equipas educativas e pelos seus docentes que, no quadro da sua especialidade, definirão as dinâmicas de trabalho pedagógico adequado à turma.

1.2.5. Os materiais pedagógicos

O Centro de Apoio à aprendizagem, de acordo com o n.º 6 do artigo 13 do Decreto - Lei n.º 54, é um espaço físico com recursos e materiais variados. O material didático é um instrumento útil ao processo de ensino e aprendizagem.

Inclusão significa diferenciação, isto é, implica a aplicação de medidas didáticas que visem adaptar o processo de ensino, aprendizagem às diferenças individuais. Os recursos didático-pedagógicos são estimuladores da aprendizagem quando são adequados aos interesses dos alunos, faixa etária e necessidades dos próprios alunos. Os materiais didáticos manipuláveis podem fazer com que as aulas sejam dinâmicas, e ainda melhor assimiladas pelos alunos, já que faz com que a teoria seja exemplificada com a manipulação desses objetos. Trazem alguns benefícios, como a interatividade e a participação dos alunos nas atividades. A utilização de materiais manipuláveis faz com que o aluno tenha a experiência de usar os seus sentidos, tocando, sentindo, manipulando e movimentando.

Os materiais pedagógicos facilitam e enriquecem o processo de aprendizagem, na medida em que permitem aos alunos utilizar os seus sentidos, obtendo uma melhor conceção sobre aquilo que estão a explorar, a observar e a manipular. Ao transpor os conteúdos dos programas curriculares para um recurso didático, o professor aproxima os alunos da realidade e, conseqüentemente favorece a motivação e a facilidade do aluno em apreender novos conhecimentos. Contudo, Souza (2007) reforça a necessidade de a utilização dos recursos ser pensada e planeada, devendo o docente conhecer muito bem o material e saber aplicá-lo pedagogicamente. Também, Souza (2007) refere que os materiais pedagógicos devem ser adequados, considerando as características dos alunos e a organização do ambiente para a promoção de experiências de aprendizagem ativas, integradoras e significativas. O professor tem que possuir formação especializada e adequada para saber utilizar o material pedagógico de forma eficaz no processo ensino/aprendizagem.

1.2.6.Transição para a vida pós-escolar

A escola do Ensino Básico, Secundário e o Ensino Superior devem apoiar os alunos com NE na transição para a vida ativa, por meio do currículo, criando programas de transição específicos de colaboração entre a universidade e o emprego. Isto é, Segundo a Declaração de Salamanca, UNESCO (1994), o “currículo do aluno com necessidades educativas especiais que se encontra na classe terminal deve incluir programas específicos de transição” (p. 34). Isto é, inclusão escolar significa apoiar o aluno na transição para o emprego e na empregabilidade.

A educação escolar deve acompanhar os seus jovens na entrada para o mundo laboral, segundo Afonso (2005) as escolas que acolhem estes jovens durante vários anos não podem alhear-se desta fase tão importante das suas vidas. A inclusão destes jovens na sociedade deve pautar-se pela boa comunicação entre a escola e o ofício.

A comunicação entre a família e o local de trabalho é importante a fim de criar um bom ambiente de trabalho para o jovem com NE, segundo Broomhead (2003), a inserção no mundo do trabalho é uma mudança que é, “difícil para os jovens com incapacidades, mas, é igualmente difícil para as suas famílias. Podem experimentar ansiedade, isolamento e falta de controlo da situação” (p. 313).

Inclusão é facilitar a integração do aluno na sociedade, é permitir que Todos os alunos sejam dotados com experiências que lhe facilitem a transição para a vida ativa, o mais autonomamente possível.

O Centro de Apoio à aprendizagem, segundo o artigo 13 do Decreto – Lei nº 54, garante a inclusão na vida escolar e pós - escolar com dinâmicas inclusivas em contexto de sala de aula e de apoio à turma, complementando-o em situações específicas de forma mais individualizada.

1.2.7. Modelo pedagógico de apoio à educação inclusiva

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, recentemente publicado e em vigor, abrange todas as crianças e jovens a frequentar o ensino obrigatório público e privado, assim como a educação pré-escolar. Este documento é o suporte legal para a implementação de mudanças organizacionais no processo educativo. A mudança passa pelos processos pedagógicos nas salas de aula ao nível da gestão curricular e pedagógica e no processo de avaliação.

Este documento defende o princípio da inclusão escolar, quando responde às características de aprendizagem, às necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, tendo como base o desenho universal para a aprendizagem (DUA).

As opções metodológicas subjacentes ao decreto-lei n.º 54/2018 assentam no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível que integra medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão no acesso ao currículo.

A abordagem multinível baseia-se em modelos curriculares flexíveis. Isto é, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018 a “abordagem multinível é a opção metodológica que permite o acesso ao currículo ajustado às potencialidades e dificuldades dos alunos, com recurso a diferentes níveis de intervenção” (55: 3,a).

De entre as definições constantes no artigo 2 do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, importa destacar as medidas de gestão curricular as Acomodações curriculares que são as medidas de gestão escolar curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno promovendo o sucesso educativo.

Outras medidas são as Adaptações curriculares não significativas estas não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais de modo a desenvolver as competências previstas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

As últimas medidas são as Adaptações curriculares significativas que têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares, requerendo a introdução de outras aprendizagens substitutivas e estabelecendo objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal.

1.2.8. Desenho universal para a aprendizagem (DUA)

O conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) corresponde a um conjunto de princípios e estratégias relacionadas com o desenvolvimento curricular que procura reduzir as barreiras ao ensino e à aprendizagem. Isto é, o “desenho universal para a aprendizagem (DUA) é uma abordagem curricular que assenta num planeamento intencional, ativo, personalizado e flexível das práticas pedagógicas” (Manual de apoio à prática, p. 22).

A abordagem Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) considera que para promover a aprendizagem é importante que o professor organize a intervenção pedagógica com estratégias, materiais e formas de avaliação diversificadas de modo que todos os alunos se sintam motivados para aprender e consigam compreender os conteúdos.

O Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) tem a finalidade de apoiar os docentes a formular objetivos de aprendizagem em conjunto com os alunos envolvendo-os na escolha de materiais e métodos. Isto é, os “alunos definem os seus próprios objetivos de aprendizagem e monitorizam o seu progresso através desses objetivos” (Domings et al., 2014, p. 25).

A participação do aluno é crucial para o sucesso da aprendizagem. O professor segundo Rapp (2014) deve “perceber quais são os seus interesses, ajudá-los a manter e a persistir nos objetivos e a regular os comportamentos de aprendizagem” (p. 3).

Este modelo pedagógico assenta em princípios que contribuem para a criação de ambientes de aprendizagens acessíveis para todos os alunos.

O desenho universal para a aprendizagem apresenta-se como uma opção que responde à necessidade de organização de medidas universais orientadas para todos os alunos. Definindo-se como um modelo estruturante e orientador na construção de ambientes de aprendizagem acessíveis e efetivos para todos os alunos, constitui uma ferramenta essencial no planeamento e ação em sala de aula.

1.2.9. Decreto-Lei n.º 54/2018

O Decreto-Lei n.º 54/2018 de 06 de julho veio substituir o Decreto – Lei n.º 3/2008. O atual Decreto-Lei define três medidas de suporte à aprendizagem: Medidas Universais (aplica-se a todos os alunos mesmo com dificuldades passageiras), Medidas Seletivas (suporte à aprendizagem não supridas nas medidas universais) e Medidas Adicionais (dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem) que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.

Consideram - se medidas universais, entre outras, “a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares; c) O enriquecimento curricular; d) A promoção do comportamento social; e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos (Decreto - Lei nº 54/2018, p. 2921) ”.

Consideram - se medidas selectivas “a) Os percursos curriculares diferenciados; b) As adaptações curriculares não significativas; c) O apoio psicopedagógico; d) A antecipação e o reforço das aprendizagens; e) O apoio tutorial. (Decreto-Lei 54/2018, p. 2921)”. Consideram - se medidas adicionais “a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas; b) As adaptações curriculares significativas; c) O plano individual de transição; d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social. (Decreto - Lei n.º 54/2018, p. 2922)”.

Todo o momento de mudança é turbulento, mas cabe destacar que muitas escolas estão conseguindo trabalhar em prol da inclusão com o novo Decreto-Lei.

O decreto-lei n.º 54/2018 cria as condições para as escolas serem espaços de inclusão capazes de reconhecer a diversidade de todos os alunos e de dar resposta ao seu potencial e às suas necessidades individuais. Passa a existir um modelo de aprendizagem flexível, capaz de reconhecer as necessidades, o potencial e os interesses dos alunos e de contribuir para todos serem capazes de adquirir uma base comum de conhecimento ao longo do seu percurso escolar, independentemente da oferta educativa e/ou formativa em que estejam inscritos.

As escolas devem definir orientações que promovam uma cultura que ofereça oportunidades para aprender a todos os alunos e dê-lhes condições para atingirem todo o seu potencial até ao 12.º ano.

Para garantir esses objetivos, as escolas têm de definir indicadores que permitam medir a eficácia das medidas postas em prática para os atingir. Os objetivos definidos nas linhas de atuação para a inclusão são atingidos através de um conjunto de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, dando especial atenção ao currículo e à aprendizagem.

Existem vários tipos de medidas, universais, para todos os alunos, seletivas para preencher possíveis falhas da aplicação das medidas universais e adicionais para resolver problemas comprovados e persistentes não ultrapassados pelas medidas universais e seletivas. Cria-se um processo para identificar as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Este processo baseia-se em evidências identificadas pelos profissionais da escola com a participação de, mães e pais, encarregados de educação e técnicos ou serviços de apoio que se relacionam com o aluno.

São criadas, equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva e Centros de Apoio à Aprendizagem. E mantêm-se as escolas de referência no domínio da visão, as escolas de referência para a educação bilingue, as escolas de referência para a intervenção precoce na infância, os Centros de recursos para a Inclusão e os Centros de recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a educação especial.

Com este decreto-lei pretende-se criar as condições para que as escolas sejam espaços de inclusão que respeitem a diversidade de todos os alunos e ofereçam-lhes oportunidades de aprendizagem e soluções para o sucesso escolar até ao 12.º ano.

1.2.10. Centro de Apoio à Aprendizagem

Segundo o artigo 13 do Decreto – Lei n.º 54, o Centro é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências dos Agrupamentos de escolas e constitui uma resposta organizativa de apoio à inclusão.

Mais do que se inserir nas respostas educativas disponibilizadas pela escola e de reconfigurar o paradigma de Unidade Especializada neste novo modelo, aglutinando o primeiro, procura afirmar-se no contexto educativo constituindo-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de dinâmicas pedagógicas de acordo com o artigo 21 do Decreto – Lei n.º 55, de 6 de julho.

O Centro de Apoio à Aprendizagem garante a inclusão do aluno na vida escolar e pós - escolar com dinâmicas inclusivas em contexto de sala de aula e de apoio à turma.

Segundo o n.º 5 do artigo 13, o Centro de Apoio à Aprendizagem é para todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória, com necessidades educativas, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem sejam as previstas no n.º 4 do artigo 10 e que necessitem de apoio às aprendizagens e respostas para o percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação, afirmando-se como resposta complementar ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos pedagógicos, com vista à sua inclusão.

O Centro de Apoio à Aprendizagem trabalha em colaboração com os docentes da turma dos alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem nas estratégias, nas dinâmicas e nas metodologias de intervenção interdisciplinar a fim de facilitar os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar. Apoia ainda a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

Este papel do centro é um trabalho colaborativo que compreende a planificação conjunta, a definição de estratégias e materiais adequados, entre outros, que promovam a aprendizagem e a participação no contexto da turma de pertença dos alunos.

Compreende também dimensões mais específicas como a colaboração na definição das adaptações curriculares significativas, na organização do processo de transição para a vida pós-escolar, no desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado, bem como no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

O centro de apoio à aprendizagem garante uma resposta de apoio ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à inclusão. Segundo a legislação no artigo 36, o Centro de Apoio à aprendizagem reavalia as estratégias de intervenção mais adequadas, a mobilizar para cada aluno em particular. Com efeito, o centro tem docentes com formação especializada em educação especial, bem como equipamentos e outros materiais que permitem o acesso ao currículo a todos os alunos.

A diferenciação pedagógica é um procedimento que procura empregar um conjunto diversificado de meios e de processos de ensino e de aprendizagem, a fim de permitir a alunos de diferentes idades, de aptidões, de comportamentos, mas agrupados na mesma turma, atingir, por vias diferentes, objetivos comuns.

Para Aleixo (2005) o núcleo da questão está em conseguir transformar o conjunto de diferenças em vantagens educacionais, isto é, a “importância da diferenciação pedagógica, nomeadamente, entendida como gestão das interações e atividades para que cada aluno seja, o mais frequentemente possível, confrontado com situações didáticas que são fecundas para si” (Aleixo, 2005, p. 32).

.

O Centro inclui um espaço físico que agrega outros espaços da escola, não se circunscreve apenas aos espaços físicos existentes, expande a sua ação orientando os alunos para as outras zonas de intervenção escolar.

O grande desafio à escola, às famílias, aos professores, técnicos e aos alunos é garantir a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa, de acordo com o artigo 1 do Decreto – Lei n.º 54 de 6 de julho de 2018.

É esta, a escola inclusiva, que todos desejamos. A escola que promove a igualdade e a não discriminação, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens.

No centro de apoio à aprendizagem, a diferenciação pedagógica passa a ser entendida como um pressuposto estruturante de uma ação pedagógica que tem em conta todos os alunos na relação com as tarefas de aprendizagem, que poderão ser diferentes quanto às suas finalidades e aos seus conteúdos, quanto ao tempo e ao modo de as realizarem, quanto aos recursos, condições e apoios que são disponibilizados.

Os objetivos gerais do centro são apoiar a inclusão dos alunos na turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo. Promover o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós - escolar e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

O Centro de Apoio à Aprendizagem tem os seguintes objetivos específicos de acordo com o n.º 6 do artigo 13:

- Promover a qualidade da participação dos alunos na turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
- Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;
- Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;
- Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

No processo de criação destes espaços está implícito um trabalho de equipa, em que participam diferentes entidades, como a família do aluno, os órgãos de gestão do agrupamento, os docentes de educação especial, os docentes das turmas e diretores de turma, técnicos especializados e comunidade envolvente.

Na organização e operacionalização das atividades do CAA, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018 serão responsáveis os seguintes Recursos humanos:

- Professores de Educação Especial;
- Professores de Apoio Educativo;
- Professores Titulares de Turma;
- Docentes dos vários ciclos de ensino;
- Técnicos especializados e outros técnicos;
- Terapeutas;
- Assistentes operacionais.

De acordo com o Decreto - Lei n.º 54/2018, o CAA tem ao seu dispor, diversos recursos materiais, nomeadamente, audiovisuais, tecnológicos, manuais escolares, acervo das bibliotecas escolares, guiões de estudo, fichas de trabalho, entre outros.

Funcionando numa lógica de serviços de apoio à inclusão, o centro de apoio à aprendizagem insere-se no *continuum* de respostas educativas disponibilizadas pela escola. A ação deste centro organiza-se segundo dois eixos:

- 1º- Apoio aos docentes responsáveis pelos grupos ou turmas
- 2º- Complementaridade, com carácter subsidiário, ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos.

O primeiro destes eixos requer um estreito trabalho colaborativo que pode compreender a planificação conjunta de atividades, a definição de estratégias e materiais adequados, entre outros, que promovam a aprendizagem e a participação no contexto da turma de pertença dos alunos.

Recursos específicos de apoio á aprendizagem e à inclusão

Recursos humanos específicos	Recursos organizacionais específicos	Recursos específicos existentes na comunidade
Docentes de educação especial • Psicólogo • Assistentes operacionais	• Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI) • Centro de apoio à aprendizagem (CAA) • Escolas de referência • CRTIC	Equipas locais de intervenção precoce. • Equipas locais de saúde escolar dos ACES/ULS. • CPCJ • CRI • Instituições da comunidade

1.2.11. Reflexão

A Amnistia Internacional e a UNESCO revelam que existem no Mundo 75, milhões de crianças que não têm acesso à escola, perante isto, podemos afirmar que o princípio do direito universal à educação e à inclusão no Mundo é uma meta ainda não alcançada.

Para que o Mundo se torne inclusivo, é preciso a inclusão passar da teoria à prática social.

Precisamos substituir o estigma, o preconceito e a discriminação presente na sociedade contemporânea pela eficácia do conhecimento e pela força da ética. Temos todos que defender o inquestionável princípio do direito universal à educação, a educação como um direito para todos.

Contextualizar as raízes históricas da inclusão é fundamental, até porque, aprendemos com os erros do passado, podendo construir no futuro um sistema educativo sem preconceito e discriminação.

Ao longo da história da humanidade, os modelos económicos, sociais e culturais determinaram às pessoas com “deficiências” uma desadaptação social geradora de discriminação que ao longo dos séculos alimentaram os mitos populares da perigosidade destas pessoas, determinando atitudes de rejeição e medo. O questionamento de certas barreiras que foram historicamente erguidas é inevitável quando pensamos numa sociedade mais democrática e menos desigual. Os valores democráticos são referências importantes para a construção de formas de convivência pacífica e só a educação pode impulsionar transformações culturais. A inclusão assenta em valores sociais, como sejam o da participação de todos e o respeito pela diversidade. Desta forma, a escola não poderá apenas centrar-se num percurso académico, mas deve também preocupar-se com valores sociais e de cidadania. Educar para a cidadania é também educar para a diversidade e para a inclusão.

Correia (2003) refere que a filosofia de uma escola inclusiva prende-se com o sentido de pertença à comunidade, onde todos os alunos são aceites e apoiados pelos seus pares. A diversidade é assim valorizada e tem como pilares a partilha, a participação e a amizade.

Para que a política de escola inclusiva funcione, é necessário haver uma interligação entre todos os seus intervenientes, professores, direções, funcionários, famílias e alunos.

Terão todos de ter uma visão educacional assente na ideia de que todo o aluno terá que ser respeitado e levado a atingir o máximo da sua potencialidade.

Segundo Rodrigues (2003), para criar um sistema educativo inclusivo, não basta mudar a escola, é igualmente primordial mudar a sociedade, procurando torná-la mais inclusiva. Se as mudanças legislativas não forem acompanhadas por uma mudança nas crenças e valores, pode-se cair numa situação de mudança aparente.

Segundo Bautista (1997), a “educação das pessoas com deficiência é hoje, antes de mais, um direito” (p.123). A educação especial e a inclusão asseguram os direitos essenciais dos alunos com NE, assim como lhes permitem facilitar as aprendizagens que lhes irão proporcionar uma boa inserção no mundo social. A escola inclusiva diz respeito à educação inclusiva e baseia-se na formulação de respostas educativas eficazes das escolas regulares perante os alunos com NE.

Podemos, assim, concluir que a escola, de entre os muitos fios sociais, é o maior fio condutor na construção de uma sociedade inclusiva.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 2. Metodologia da Investigação

2- Levantamento do Problema

2.1. A problemática e a sua contextualização

O Centro de Apoio à Aprendizagem foi criado recentemente com o decreto-lei n.º 54/2018 e de acordo com a legislação em vigor este centro é um recurso pedagógico que visa apoiar a educação de todos os alunos.

O decreto-lei n.º 54/2018 tem como princípio apoiar a aprendizagem de todos os alunos, nomeadamente, daqueles que apresentam alguma dificuldade mais significativa. De acordo com as normas orientadoras do Ministério da Educação, a criação do Centro de Apoio à Aprendizagem tem como fim dar respostas adequadas às necessidades específicas de cada aluno.

Os centros de Apoio à Aprendizagem são um recurso pedagógico especializado, constituindo-se como uma resposta educativa diferenciada que visa apoiar a educação dos alunos, fornecendo-lhes meios e recursos diversificados.

O Centro de Apoio à Aprendizagem constitui uma estrutura agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências de apoio ao agrupamento.

A escolha, em estudar o Centro de Apoio à Aprendizagem e o seu papel na inclusão dos alunos de um agrupamento em Beja prende-se com a importância que este pode ter na promoção da educação inclusiva, na medida em que a sua ação pode ser benéfica na implementação do princípio da educação para todos os alunos, modificando atitudes discriminatórias, capacitando os alunos para um projeto de vida com mais qualidade e criando sociedades acolhedoras e inclusivas. Como professores procuramos fomentar a construção de relações humanas mais equânimes e, desse modo, contribuir para uma sociedade mais justa e solidária. Contudo, estamos cientes da falta de medidas educativas nas nossas escolas de apoio à prática da inclusão de todos, independentemente da sua aptidão, deficiência, origem socioeconómica ou origem cultural e sabemos que urge dar respostas educativas diferenciadas a um elevado número de alunos com e sem NE, tal, levou-nos a estudar o papel do CAA na Inclusão dos Alunos.

Com base na justificação apresentada para o estudo, propomos a seguinte pergunta de partida: como é que o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui para a inclusão dos alunos num agrupamento em Beja?

Para conhecermos o modo como o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui para a inclusão dos alunos de um agrupamento em Beja, vamos ver qual é a opinião de um grupo de elementos da comunidade escolar, professores, assistentes operacionais, alunos e pais sobre o papel do centro na inclusão dos alunos.

Podemos referir que o centro foi criado como ferramenta para apoiar a prática da inclusão de todos e satisfazer todas as necessidades dos alunos. Desta forma a escola promove a transformação de valores culturais a fim de os nossos alunos terem um maior poder de realização dos seus desejos, interesses e projetos pessoais.

2.1.1.Os objetivos da investigação

Esta é a nossa questão de partida: como é que o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui para a inclusão dos alunos num agrupamento em Beja?

A partir da questão anterior nasce o objetivo geral deste estudo que é compreender como é que o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui para a inclusão dos alunos de um Agrupamento de Escolas em Beja. Desta finalidade, surgiram os seguintes objetivos específicos que nos permitem saber de uma forma mais aprofundada e precisa o contributo do centro na inclusão dos alunos. São estes os objetivos específicos:

- 1) Conhecer a opinião dos participantes no estudo sobre a inclusão de alunos com e sem necessidades educativas especiais na escola;
- 2) Verificar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- 3) Averiguar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- 4) Apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja promove a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação;
- 5) Verificar a utilização dos materiais didáticos do Centro de Apoio à Aprendizagem;
- 6) Apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.

2.1.2. O modelo da Investigação

Como método de investigação optamos pelo Estudo de Caso porque de acordo com o objetivo do nosso estudo pretende-se saber como é que o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui para a inclusão dos alunos, num espaço educativo específico, ou seja, um agrupamento em Beja. Segundo Pardal (2011), o estudo com, “recurso a métodos qualitativos e quantitativos, o estudo de caso permite compreender o particular na sua complexidade, abre caminho, sob condições muito limitadas, a algumas generalizações empíricas, de validade transitória” (p.32).

Stenhouse (1994), afirma que “o estudo de caso pode consistir no estudo de um indivíduo, de um acontecimento, de uma organização de um programa ou reforma, de mudanças ocorridas numa região” (p.49).

O modelo de investigação utilizado, neste projeto, é um estudo de caso, pois, de acordo com Bell (1997) é “especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco tempo” (p.22).

Admite-se não ser possível vir a fazer generalizações sobre os resultados do estudo, visto não ter representatividade para a generalidade das escolas. Mas, tal como defendem Bogdan e Biklen (1994) nem “todos os investigadores qualitativos se preocupam com as questões da generalização” (p.66). No entanto, poder-se-á chegar a uma compreensão sobre o contexto estudado e servir como base para futuras tomadas de decisão na procura de boas práticas educativas rumo à inclusão. Pode dizer-se que o estudo de caso, desenvolvido neste projeto, é de natureza mista qualitativa e contém as evidências quantitativas que o complementam e permitem um maior aprofundamento. Desta forma, o método quantitativo completará o qualitativo e juntos são uma mais-valia para o estudo em questão.

2.1.3. Os participantes e a sua caracterização

O agrupamento de escolas do presente estudo, não será identificado para garantir e respeitar o anonimato da instituição, foi selecionado por motivos de proximidade geográfica ao local de trabalho da investigadora aquando do desenvolvimento do estudo.

O objeto de estudo desta investigação foi o Centro de Apoio à aprendizagem de um agrupamento em Beja.

Os sujeitos que realizaram os inquéritos foram 31 docentes do ensino regular, 11 docentes de educação especial, 10 encarregados de educação e 6 assistentes operacionais. Foram realizadas entrevistas à Coordenadora da Educação Especial e à Vice-diretora da escola onde o Centro de Apoio à aprendizagem está localizado.

Dentro dos vários tipos de amostragem, optámos pela amostragem não probabilística, porque, segundo Carmo & Ferreira (1998) os participantes referentes ao estudo podem ser selecionados tendo como critério uma escolha intencional, a amostra foi escolhida de acordo com a disponibilidade da investigadora para recolher os dados e pela acessibilidade aos elementos da população.

Contudo, a amostra foi bem definida, porque os métodos qualitativos baseiam-se em amostras de pequenas dimensões, escolhidas intencionalmente e, como defende Bardin (1988), é uma amostra rigorosa, porque os sujeitos da amostra apresentam características semelhantes às da população.

A escola onde está localizado o centro de Apoio à Aprendizagem do agrupamento conta no total com sessenta professores, aos quais se entregou um instrumento de recolha de dados: o questionário. Obteve-se, em retorno, a resposta a quarenta e dois questionários, o que respeita a 70%, o qual nos permitiu fazer uma caracterização dos professores de acordo com género, idade, formação e experiência profissional (anos de serviço).

No que toca aos professores de educação especial, todos os inquiridos são do sexo feminino. Em função da idade podemos concluir que as professoras de educação Especial da escola já não são jovens (com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos), a maior frequência (sete professoras), situa-se no intervalo entre 30 a 43 anos, e quatro professoras com idade entre os 58 e 60 anos.

No que respeita aos anos de serviço como professoras, sete apontam entre 8 a 20 anos e 4 entre 36 a 43 anos.

Todos os docentes têm formação especializada em educação Especial. Relativamente aos professores do ensino regular, oito dos inquiridos são do sexo masculino e vinte e um do sexo feminino. Em função da idade podemos concluir que os professores do ensino regular da escola já não são jovens (com idades compreendidas entre os 27 e os 64 anos), a maior frequência (vinte seis professores), situa-se no intervalo entre 40 e 58 anos, uma professora com 27 anos e três professoras com idade entre os 60 e os 64 anos. No que respeita aos anos como professores, treze apontam entre 12 a 28 anos e quatro entre 30 a 40 anos.

Todos os docentes têm Licenciatura na área que lecionam.

No que respeita aos Assistentes Operacionais, cinco dos inquiridos são do sexo feminino e um do sexo masculino. Em função da idade podemos concluir que os assistentes operacionais da escola já não são jovens (com idades compreendidas entre os 48 e os 58 anos), a maior frequência (cinco Assistentes Operacionais), situa-se no intervalo entre 51 e 58 anos e um com 48 anos.

No que concerne aos Encarregados de Educação, dez dos inquiridos são do sexo feminino e um do sexo masculino. Em função da idade podemos concluir que os encarregados de educação já não são jovens (com idades compreendidas entre os 36 e os 52 anos), a maior frequência (oito encarregados de educação), situa-se no intervalo entre 36 e 49 anos e dois com idade entre 50 a 52 anos.

2.1.4. As técnicas de recolha e tratamento de dados

Nesta investigação recorreremos a diferentes métodos com a finalidade de obter a máxima informação possível e garantir o rigor necessário ao estudo.

Optámos por utilizar a entrevista semiestruturada e o inquérito por questionário para que a investigação pudesse ter validade e fiabilidade.

Utilizámos diferentes meios de recolha de dados a fim de permitir uma triangulação da informação e ajudar assim a reduzir enviesamentos.

O instrumento escolhido para recolher a informação junto dos sujeitos da amostra foi o inquérito com questionário, realizados aos docentes, assistentes operacionais e aos encarregados de educação.

Os questionários construídos tiveram como objetivo recolher dados sobre o papel do Centro de Apoio à Aprendizagem na inclusão dos alunos de um agrupamento em Beja.

Inquéritos

Os inquéritos por questionário foram utilizados como uma das técnicas de recolha de dados por se entender que podem responder ao objetivo do estudo em curso e por ser uma forma fácil e rápida de obtenção de informação.

Segundo Hill & Hill (2016) os questionários devem ser respondidas de uma forma impessoal pelo inquirido sem a presença do entrevistador, para assim garantir a uniformidade e imparcialidade na avaliação da pesquisa abordada.

Escolhemos este método porque, não há a possibilidade de o investigador influenciar, de qualquer forma, o inquirido uma vez que não há interação presencial.

Segundo Sousa (2005) as vantagens deste método prendem-se com a aplicação a diversos participantes ao mesmo tempo o que permite a obtenção de dados de forma bastante rápida e por outro lado garante o anonimato dos inquiridos e a possibilidade de ser respondido em tempo considerado oportuno pelos respondentes.

Este instrumento surge como um método de recolha de dados cujo tratamento das informações recolhidas é facilitado e as análises de correlação são potenciadas pela multiplicidade de dados obtidos.

Os questionários aplicados no âmbito do presente estudo apresentam a mesma estrutura. Em primeiro lugar, contêm uma breve introdução, cujo objetivo é apresentar o tema do estudo e garantir o anonimato e a confidencialidade das respostas. Como se pode constatar a partir do apêndice VIII os questionários incluem seis partes, I-dados de identificação, II-Formação, III-Experiência Profissional, IV-Inclusão dos alunos e V-O CAA e a Inclusão dos alunos. Estes contêm perguntas abertas e perguntas fechadas. Optámos pela entrevista semiestruturada porque nos pareceu constituir o instrumento de recolha de dados adequado para dar resposta aos objetivos a que nos propusemos e porque está adequada à análise de um problema específico.

Entrevistas

De acordo com Quivy (1998) na entrevista semiestruturada, o investigador segue um guião com perguntas de cariz aberto a propósito das quais é crucial obter uma resposta da parte do entrevistado. No entanto, não é imperativo seguir rigidamente a ordem das perguntas tal como foram organizadas no guião pré-definido.

Segundo Bogdan (1994) as boas entrevistas são aquelas cujos entrevistados falam livremente sobre os seus pontos de vista ilustrando o seu discurso com exemplos e riqueza de detalhes.

Antes de se realizarem as entrevistas foram elaborados guiões que permitissem reunir informação pertinente para o estudo.

Elaborados os guiões de entrevista procedeu-se à sua realização.

As entrevistas foram preparadas formalmente, informando-se com antecedência as entrevistadas sobre a data, local e a hora da realização.

Procurou-se assegurar o conforto e o bem-estar e realizar as entrevistas num local que reunisse condições de sigilo e tranquilidade para a sua concretização.

Foi feito o registo para se poder concretizar a análise do seu conteúdo.

Tiveram uma duração média de 20 minutos e foram realizadas no mês de maio de 2019.

A entrevistadora iniciou a entrevista relembrando o tema e objetivos da investigação no sentido de ultrapassar algumas apreensões por parte das entrevistadas e simultaneamente alcançar a sua receptividade, seguindo, assim, o preconizado. Cabe ainda frisar que a identificação das entrevistadas foi codificada de modo a garantir a total confidencialidade das participantes.

Atendendo ao defendido por Bogdan (1994), optámos pelo recurso ao registo manuscrito porque as entrevistas tinham um número reduzido de questões. Feita a recolha de dados, procedemos à transcrição das entrevistas para suporte digital, reproduzindo no todo o conteúdo e sem proceder a qualquer tipo de alteração, nomeadamente correção de erros ou supressão das repetições inerentes ao discurso oral. Tal como o sugerido por Bogdan (1994) e Albarello (2005), a transcrição das entrevistas ocorreu imediatamente após a sua realização.

A informação das entrevistas foi tratada com recurso à análise de conteúdo a qual permitiu uma análise qualitativa dos dados obtidos.

A análise de conteúdo permitiu clarificar e sistematizar o conteúdo das mensagens e o significado desse conteúdo.

De acordo com Bardin (2004) o tratamento dos dados está assente no desmembramento do texto em unidades, descobrindo-se diferentes conteúdos relevantes que constituem a comunicação, para um posterior reagrupamento em categorias.

No primeiro momento o quadro de categorização foi pré-definido a partir do suporte teórico e dos objetivos da investigação, num segundo momento, reorganizaram-se as categorias a partir do material em análise até que o quadro de categorização fosse terminado.

Nesta fase da investigação organizámos o discurso das entrevistadas, no sentido de o reagrupar de acordo com as diferentes categorias e subcategorias.

Procedemos ainda ao levantamento das unidades de registo através das passagens do texto que nos pareceram mais pertinentes de acordo com os objetivos e questões da investigação.

Na análise de conteúdo realizada foi necessário dar lugar à leitura das entrevistas, onde de seguida, de acordo com os objetivos do estudo e mediante os blocos temáticos, se procedeu à selecção das unidades de registo.

As unidades de registo consideram excertos de texto, que podem ser apresentados por uma frase, uma parte da frase ou um conjunto de frases, que equivalem a uma única unidade de significado.

A partir dos temas definidos no guião de entrevista, criaram-se as categorias e subcategorias que foram agrupadas consoante a semelhança ou diferença de conteúdo. Definidas as unidades de registo realizámos a interpretação dos resultados, a descrição e para tal, iniciámos um conjunto de leituras categoriais com o propósito de organizar os discursos das entrevistadas de forma coerente e definitiva.

2.1.5. Apresentação e interpretação dos resultados

Esta parte consiste na apresentação dos resultados obtidos no decorrer deste estudo, os dados serão analisados sob o crivo das questões de investigação propostas, sendo consequentemente apresentados pela mesma ordem em que as questões de investigação foram enunciadas.

De seguida, apresentam-se os resultados da análise quantitativa, obtidos com base nas respostas dadas nos inquéritos realizados aos professores do ensino regular, aos professores de educação especial, assistentes operacionais e encarregados de educação. Todos os inquiridos deram o seu contributo respondendo ao questionário e a todas as questões.

Com o propósito de conhecer o contributo do Centro de Apoio à Aprendizagem na inclusão dos alunos de um agrupamento em Beja, definimos seis objectivos específicos que são os seguintes:

- 1) Conhecer a inclusão de alunos com e sem necessidades educativas especiais no agrupamento;
- 2) Verificar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- 3) Averiguar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- 4) Apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja promove a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação;
- 5) Verificar a utilização dos materiais didáticos do Centro de Apoio à Aprendizagem;
- 6) Apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.

Análise quantitativa

1-Conhecer a inclusão de alunos com e sem necessidades educacionais especiais no agrupamento.

No geral os professores do ensino regular consideraram que os alunos com NE estavam incluídos nas turmas.

Tabela 1- Opinião dos docentes do regular sobre a inclusão dos alunos com NE nas turmas.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim Incluídos	23	74,2	74,2	74,2
	Não incluídos	8	25,8	25,8	25,8
	Total	31	100,0	100,0	100,0

Nesta questão, 74,2% (n=23), dos inquiridos, julgou que sim que os alunos com NEE estavam incluídos na escola, sendo que, 25,8 % (n=8) achou que não estavam incluídos.

Os docentes do ensino regular opinaram que todos os alunos participavam nas atividades de aprendizagem da turma.

Tabela 2- Opinião dos docentes do regular, sobre a participação de todos os alunos nas atividades de aprendizagem da turma.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	21	67,7	67,7	67,7
	Não	10	32,3	32,3	32,3
	Total	31	100,0	100,0	100,0

Nesta pergunta, 67,7 % (n=21), dos inquiridos, achou que todos os alunos participavam nas atividades de aprendizagem da turma e 32,3% (n= 10), respondeu que não.

Os docentes de educação especial referiram que os alunos com NE estavam incluídos nas turmas.

Tabela 3- Avaliação dos docentes de educação especial relativamente à inclusão dos alunos com NE nas turmas.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim Incluídos	7	63,6	63,6	63,6
	Não Incluídos	4	36,4	36,4	36,4
	Total	11	100,0	100,0	100,0

A maioria dos inquiridos, 63,6% (n=7), avaliou que os alunos estavam incluídos, sendo que, 36,4% (n= 4) considerou, que os alunos não estavam incluídos.

No geral os docentes preparavam atividades para promover as relações sociais entre alunos.

Tabela 4- Opinião dos docentes de educação especial, sobre a preparação de atividades com os docentes do ensino regular para promover o relacionamento entre os alunos.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	9	81,8	81,8	81,8
	Não	2	18,2	18,2	18,2
	Total	11	100,0	100,0	100,0

Nesta questão, 81,8 % (n=9) dos inquiridos, achou que sim, sendo que 18,2% (n= 2) considerou que não.

Os encarregados de educação referiram que a inclusão dos alunos na turma é benéfica.

Tabela 5- Opinião dos encarregados de educação sobre a inclusão dos alunos na turma.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Satisfeito	4	40,0	40,0	40,0
	Muito satisfeito	6	60,0	60,0	60,0
	Total	10	100,0	100,0	100,0

Nesta pergunta, 60,0% (n=6), dos inquiridos, sentiu-se muito satisfeito com a inclusão dos alunos na turma e 40,0% (n=4) considerou-se satisfeito.

Os encarregados de educação referiram que a inclusão nas atividades é satisfatória.

Tabela 6- Opinião dos encarregados de educação sobre a inclusão dos alunos nas atividades da escola.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Satisfatória	4	40,0	40,0	40,0
	Muito satisfatória	6	60,0	60,0	60,0
	Total	10	100,0	100,0	100,0

Nesta questão, 60,0% (n=6), dos inquiridos, respondeu como muito satisfatória a inclusão nas atividades da escola e 40,0% (n=4) considerou como satisfatória.

Os assistentes operacionais consideraram a inclusão na turma claramente favorável.

Tabela 7- Opinião dos assistentes operacionais sobre a inclusão dos alunos na turma.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Muito Satisfatória	6	100,0	100,0	100,0

Todos os inquiridos, 100,0% (n=6), consideraram muito satisfatória a inclusão dos alunos na turma.

2-Verificar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

Os docentes do regular consideraram que os docentes do Centro os apoiavam na criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação.

Tabela 8- Opinião dos docentes do ensino regular, sobre o apoio do Centro na criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	21	67,7	67,7	67,7
	Não	10	32,3	32,3	32,3
	Total	31	100,0	100,0	100,0

Nesta pergunta, 67,7 % (n=21), dos inquiridos considerou que sim, sendo que 32,3% (n=10) reputaram que não.

Todos os docentes de educação especial opinaram que o CAA apoiava a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para o currículo.

Tabela 9- Opinião dos docentes de educação especial, sobre o apoio dos docentes do Centro na criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	11	100,0	100,0	100,0

Todos os inquiridos, 100% (n=11), responderam que sim.

Os docentes de educação especial consideraram que os professores do Centro criavam em conjunto com os docentes da turma materiais adaptados ao currículo do aluno.

Tabela 10- Avaliação dos docentes de educação especial, sobre o papel do Centro na criação de materiais adaptados ao currículo do aluno em conjunto com os docentes da turma.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	8	72,7	72,7	72,7
	Não	3	27,3	27,3	27,3
	Total	11	100,0	100,0	100,0

A maioria dos inquiridos, 72,7 % (n=8), pensou que sim, sendo que 27,3% (n=3), a minoria, achou que não.

Os docentes de educação especial referiram que os docentes da turma realizavam as adaptações curriculares em conjunto com o CAA.

Tabela 11- Avaliação dos docentes de educação especial, sobre se o docente da turma realiza as adaptações curriculares em conjunto com os docentes do Centro.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	7	63,6	63,6	63,6
	Não	4	36,4	36,4	36,4
	Total	11	100,0	100,0	100,0

Na opinião dos inquiridos, 63,6 % (n=7), apreciou que sim, sendo que 36,4% (n=4) ponderou que não.

Os docentes de educação especial opinaram que os docentes da turma realizam instrumentos de avaliação diferenciados com os docentes do Centro.

Tabela 12- Avaliação dos docentes de educação especial, sobre se os docentes da turma realizam com os docentes do Centro instrumentos de avaliação diferenciados.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	8	72,7	72,7	72,7
	Não	3	27,3	27,3	27,3
	Total	11	100,0	100,0	100,0

A maioria dos inquiridos, 72,7 % (n=8), apreciou que os docentes da turma realizavam instrumentos de avaliação diferenciados, sendo que 27,3% (n=3), a minoria ponderou que não.

3-Averiguar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

Os professores do ensino regular consideraram, que o Centro desenvolvia metodologias de intervenção interdisciplinares.

Tabela 13- Opinião dos docentes do ensino regular, sobre se o Centro desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	19	61,3	61,3	61,3
	Não	12	38,7	38,7	38,7
	Total	31	100,0	100,0	100,0

A globalidade dos inquiridos, 61,3% (n=19), pensou que sim, sendo que uma pequena parte, 38,7% (n=12), achou que não.

Todos os professores de educação especial consideraram, que o Centro desenvolvia metodologias de intervenção interdisciplinares.

Tabela 14- Opinião dos docentes de educação especial, sobre se o Centro desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	11	100,0	100,0	100,0

Todos os inquiridos, 100% (n=11), acharam que sim.

Os encarregados de educação consideraram que o Centro facilitava a aprendizagem, autonomia e adaptação do aluno ao contexto escolar.

Tabela 15- Opinião dos encarregados de educação, sobre se o Centro facilita a aprendizagem, autonomia e adaptação do aluno ao contexto escolar.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Satisfatório	5	50,0	50,0	50,0
	Muito satisfatório	5	50,0	50,0	50,0
	Total	10	100,0	100,0	100,0

Nesta questão, a opinião dos inquiridos dividiu-se por duas opiniões, que bem analisadas acabam por se fundir uma na outra e as percentagens de resposta podem considerar-se equilibradas, sendo que uma parte de 50,0% (n=5) dos inquiridos responderam satisfatório e a outra parte de 50,0 % (n=5) considerou muito satisfatório.

Na opinião de todos os assistentes operacionais o CAA facilitou a aprendizagem, autonomia e adaptação do aluno ao contexto escolar.

Tabela 16- Opinião dos assistentes operacionais, sobre se o Centro facilita a aprendizagem, autonomia e adaptação do aluno ao contexto escolar.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Muito Satisfatório	6	100,0	100,0	100,0

Todos os inquiridos, 100,0 % (n=6), consideraram muito satisfatório.

4-Apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja promove a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação.

Os professores de Educação Especial referiram que o centro promovia a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação.

Tabela 17- Opinião dos docentes de educação especial, sobre se o Centro promove a criação de ambientes estruturados, ricos em Comunicação e interação.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	10	90,9	90,9	90,9
	Não	1	9,1	9,1	9,1
	Total	11	100,0	100,0	100,0

A maioria dos inquiridos, 90,9% (n=10), achou que sim, sendo que 9,1% (n=1), a minoria opinou que não.

Os professores do ensino regular consideraram que o CAA promovia a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação.

Tabela 18-Avaliação dos docentes dos docentes do ensino regular, sobre se o Centro promove a criação de ambientes estruturados, ricos em Comunicação e interação.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	19	61,3	61,3	61,3
	Não	12	38,7	38,7	38,7
	Total	31	100,0	100,0	100,0

Nesta questão, 61,3% (n=6), dos inquiridos, avaliou que sim, sendo que 40,0% (n=4) ajuizou que não.

5-Verificar a utilização dos materiais didáticos do Centro de Apoio à Aprendizagem

A maioria dos docentes do ensino regular respondeu que não utilizava os materiais didáticos do CAA para facilitar a aprendizagem dos seus alunos.

Tabela 19- O Opinião dos docentes do ensino regular sobre, a utilização dos materiais didáticos do Centro.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	12	38,7	38,7	38,7
	Não	19	61,3	61,3	61,3
	Total	31	100,0	100,0	100,0

A globalidade dos inquiridos, 61,3 % (n=19), achou que não utilizava os materiais do centro, sendo que 38,7% (n=12), uma pequena parte, respondeu que sim.

Os encarregados de educação consideraram que os materiais didáticos do CAA eram adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.

Tabela 20-Avaliação dos encarregados de educação, sobre se o Centro tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Satisfatório	4	40,0	40,0	40,0
	Muito Satisfatório	6	60,0	60,0	60,0
	Total	10	100,0	100,0	100,0

Nesta pergunta, 60,0% (n=6), dos inquiridos, julgou muito satisfatório, sendo que 40,0% (n=4) considerou de satisfatório.

Todos os assistentes operacionais referiram que os materiais didáticos do centro eram adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.

Tabela 21- Opinião dos assistentes operacionais, sobre se o Centro tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Muito Satisfatório	6	100,0	100,0	100,0

Todos os inquiridos, 100% (n=6), consideraram muito satisfatório.

6-Apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.

Os professores do ensino regular consideraram que o centro apoiou a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Tabela 22-Avaliação dos professores do ensino regular, sobre se o Centro apoia a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	21	67,7	67,7	67,7
	Não	10	32,3	32,3	32,3
	Total	31	100,0	100,0	100,0

A globalidade, dos inquiridos, 67,7% (n=21), ajuizou que sim, sendo que 32,3% (n=10), a menor parte, opinou que não.

Os docentes de educação especial opinaram que o centro apoiou o processo de transição para a vida pós-escolar.

Tabela 23- A opinião dos docentes de educação especial sobre se o Centro apoia o processo de transição para a vida pós-escolar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	9	81,8	81,8	81,8
	Não	2	18,2	18,2	18,2
	Total	11	100,0	100,0	100,0

Nesta questão, 81,8% (n=9), dos inquiridos pensou que sim, sendo que 18,2% (n= 2) avaliaram que não.

Os encarregados de educação opinaram que o CAA apoiou o processo de transição para a vida pós-escolar.

Tabela 24-A avaliação dos encarregados de educação, sobre se o Centro apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Satisfatório	6	60,0	60,0	60,0
	Muito satisfatório	4	40,0	40,0	40,0
	Total	10	100,0	100,0	100,0

Nesta pergunta, 60,0% (n=6) dos inquiridos, achou satisfatório, sendo que 40,0% (n= 4), julgou muito satisfatório.

Todos os assistentes operacionais opinaram que o centro apoiou o processo de transição para a vida pós-escolar.

Tabela 25- Opinião dos assistentes operacionais, sobre se o Centro apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Muito Satisfatório	6	100,0	100,0	100,0

Todos os inquiridos, 100,0 % (n=6), avaliaram como muito satisfatório.

Análise qualitativa

Análise de conteúdo

De seguida, apresentamos os resultados da análise qualitativa com o objetivo de averiguarmos até que ponto o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui para a inclusão dos alunos de um agrupamento em Beja, os dados foram obtidos com base nas entrevistas realizadas à Vice-diretora que tem 60 anos de idade e 44 anos de experiência a leccionar e à Coordenadora de Educação Especial que tem 60 anos e leciona há 43 anos. Após a realização das entrevistas procedemos à análise do seu conteúdo, pelo que se registam agora as conclusões retiradas (Quadros 1 a 8).

Quadro 1 – O conceito de Inclusão

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
Percepção de Inclusão.	Inclusão.	“É a integração e aceitação de todos pelos pares respeitando as suas diferenças.”	"Sentimento de pertença a uma comunidade e respeito pelas diferenças.”

Na questão sobre o conceito de inclusão, a opinião das entrevistadas, acabou por coincidir, ambas consideraram como escola inclusiva a escola que respeitava as diferenças.

Quadro 2 - Expetativas sobre o CAA

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
Expetativas sobre o CAA.	Apoio a todos	“Que o Centro de apoio á Aprendizagem dê respostas às necessidades de todos os alunos”.	“O Centro de apoio à aprendizagem é para todos os alunos”.

Nesta questão, a opinião das entrevistadas, acabou por coincidir, ambas esperavam que o Centro desse resposta às necessidades educativas de todos os alunos.

Quadro 3 - O Centro como facilitador da Aprendizagem

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
O Centro de Apoio à Aprendizagem como facilitador do processo de Aprendizagem	Facilitador da Aprendizagem.	“Facilita através das medidas de inclusão definidas para cada um dos alunos tendo em conta as suas especificidades”.	“Facilita através da adaptação para cada aluno de metodologias e materiais pedagógicos específicos”.

Nesta questão, a opinião das entrevistadas, acabou por coincidir, ambas consideraram que o Centro facilitava a aprendizagem por meio das adaptações para cada aluno de metodologias e materiais pedagógicos específicos dando resposta às necessidades educativas de todos os alunos.

Quadro 4 - O Contributo do CAA para a inclusão

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
O CAA é inclusivo	Inclusivo	“Sim, tendo em conta a falta de recursos humanos. Contudo os que tem move-os de forma adequada”.	“Sim. Mas, são necessários mais recursos humanos para dar uma resposta mais eficaz”.

Nesta questão, ambas as entrevistadas acabaram por reconhecer que é inclusivo, mas, são necessários mais recursos humanos para dar uma resposta mais eficaz.

Sendo que a Vice-diretora considerou que o Centro conseguiu com os recursos que tinha dar resposta aos alunos e a Coordenadora de Educação Especial considerou que essa resposta seria mais eficaz se houvesse mais recursos humanos.

Quadro 5 – O Centro e a Inclusão dos alunos na sociedade

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
O CAA e a inclusão dos alunos na sociedade.	Inclusão na sociedade	“Penso que sim, através do desenvolvimento/aquisição de competências académicas e regras sociais”.	“Sim. Todos os alunos adquirem competências académicas e sociais”.

Nesta questão, a opinião das entrevistadas, acabou por coincidir, sendo que ambas consideraram que o Centro de Apoio à Aprendizagem era promotor de aprendizagens académicas e sociais.

Quadro 6 - O papel do Centro na atividade de aprendizagem

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
O papel do Centro na atividade de aprendizagem	Atividade de aprendizagem	“Na minha opinião o CAA desempenha um bom “papel” no apoio às aprendizagens dos alunos”.	“O CAA responde às necessidades de aprendizagem de cada um diversificando e adaptando a atividade de aprendizagem”.

Nesta questão, as entrevistadas consideraram que o Centro desempenha um bom “papel” no apoio às aprendizagens dos alunos, pois, responde às necessidades de aprendizagem de cada aluno em específico diversificando e adaptando as atividades.

Quadro 7- Articulação do Centro com os docentes

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
Articulação do Centro de Apoio à Aprendizagem com todos os docentes	Articulação	“Sim com alguns docentes. Nem sempre é possível a articulação devido aos horários”.	“O CAA articula com alguns docentes. O horário nem sempre permite a articulação”.

Nesta questão, a opinião das entrevistadas, acabou por coincidir, sendo que ambas consideraram que articulavam com alguns docentes, mas, não com todos, porque, nem sempre é possível a articulação devido aos horários. A Coordenadora da Educação Especial acrescenta que por parte da comunidade escolar há pouca abertura.

Quadro 8 – O apoio do Centro na criação de recursos e instrumentos

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo Vice -Diretora	Unidade de registo Coordenadora E. Especial
O apoio do Centro na criação de recursos e instrumentos	Recursos	“As docentes que desempenham funções no CAA têm elaborado diversos recursos de aprendizagem, assim como, Instrumentos de avaliação”.	“O CAA apoia A criação de recursos e instrumentos”.

Nesta questão, a opinião das entrevistadas, acabou por coincidir, sendo que ambas consideraram que o Centro de Apoio à Aprendizagem apoiava a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo. Foi referido que as docentes que desempenhavam funções no Centro de Apoio à Aprendizagem elaboravam diversos recursos de aprendizagem, assim como, instrumentos de avaliação.

2.2.6. Quadro síntese das entrevistas e inquéritos

Recorremos ao uso de um quadro síntese de modo a ser entendido por todo o tipo de público e produzir em todos uma impressão mais rápida e viva do assunto em estudo.

Questões	Entrevistadas	Inquiridos
O Centro facilita a aprendizagem?	<p>O Centro facilita a aprendizagem por meio das adaptações para cada aluno de metodologias e materiais pedagógicos específicos.</p> <p>Permitindo assim a todos os alunos a participação na aprendizagem da turma.</p> <p>As entrevistadas consideram que o Centro de Apoio à Aprendizagem desempenhava um bom “papel” no apoio às aprendizagens dos alunos, respondia às necessidades educativas de cada aluno em específico diversificando e adaptando as atividades.</p>	<p>Os professores do ensino regular ajuizaram que todos os alunos participavam nas atividades de aprendizagem da turma.</p> <p>Os docentes de educação especial opinaram que todos os alunos participavam nas atividades de aprendizagem da turma.</p> <p>Os professores do ensino regular avaliaram que preparavam atividades de aprendizagem em conjunto com os docentes de educação especial.</p>

Questões	Entrevistadas	Inquiridos
O Centro é Inclusivo?	As entrevistadas acabam por reconhecer que é inclusivo, mas, são necessários mais recursos humanos para dar uma resposta mais eficaz às necessidades educativas dos alunos.	<p>Os professores do ensino regular consideraram que os alunos com NE estão incluídos na escola.</p> <p>Os encarregados de educação acharam que os alunos estavam incluídos nas atividades da escola.</p> <p>Os encarregados de educação avaliaram que os alunos estavam incluídos na turma.</p> <p>Os assistentes operacionais avaliaram de forma muito satisfatória a inclusão dos alunos na turma.</p> <p>Os professores de educação especial acharam que os alunos com NE estavam incluídos.</p>
O Centro promove a Inclusão dos alunos na sociedade?	As entrevistadas, consideraram que o Centro era promotor de aprendizagens académicas e sociais.	Os professores de educação especial avaliaram que preparavam atividades em conjunto com os docentes do regular para promover a aprendizagem social de todos os alunos
Os materiais didáticos do CAA são adequados e suficientes?	No parecer da Coordenadora da educação especial o CAA possuía poucos materiais didáticos, mas os que tinham eram adequados.	<p>Os docentes do ensino regular responderam que não utilizavam os materiais didáticos do CAA.</p> <p>Os encarregados de educação opinaram que o CAA tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.</p> <p>Os assistentes operacionais avaliaram que o CAA tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.</p>

Questões	Entrevistadas	Inquiridos
Qual é o apoio do Centro na criação de recursos e instrumentos de avaliação diferenciados?	<p>A opinião das entrevistadas, acabou por coincidir, sendo que ambas consideraram que o Centro apoiava a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.</p> <p>Foi referido que as docentes que desempenham funções no Centro de Apoio à Aprendizagem elaboram diversos recursos de aprendizagem, assim como, instrumentos de avaliação.</p>	<p>Na opinião dos docentes de educação especial os docentes do Centro construíam em conjunto com os docentes da turma materiais adaptados.</p> <p>Os docentes de educação especial acharam que os docentes da turma realizavam individualmente materiais adaptados.</p> <p>Na opinião dos docentes de educação especial os docentes da turma realizavam instrumentos de avaliação diferenciados.</p> <p>Os docentes do ensino regular opinaram que os professores do centro apoiavam os docentes da turma.</p>

Na opinião dos inquiridos (docentes do ensino regular e educação especial) e das entrevistadas (vice-diretora e coordenadora da educação especial), o Centro facilita a aprendizagem, por meio das adaptações para cada aluno de metodologias e materiais pedagógicos específicos.

Podemos considerar que o Centro de apoio à aprendizagem facilita o processo de inclusão, porque, na opinião dos professores do ensino regular e dos encarregados de educação os alunos com NE estão incluídos na escola e na turma, os professores de educação especial consideraram que os alunos com NE estavam incluídos e os assistentes operacionais opinaram de forma muito satisfatória a inclusão dos alunos na turma.

Os professores de educação especial avaliaram que preparavam atividades em conjunto com os docentes do ensino regular para promover a aprendizagem social de todos os alunos, logo, o centro promove a Inclusão dos alunos na sociedade.

Na opinião das entrevistadas o centro é promotor de aprendizagens académicas e sociais. Na opinião da coordenadora da educação especial, encarregados de educação e assistentes operacionais o CAA tem materiais didáticos adequados para facilitar as aprendizagens dos alunos.

Contudo, a coordenadora da educação especial, refere, que o CAA tem poucos materiais didáticos e a maioria dos professores do ensino regular não utilizam os materiais didáticos do centro.

Todos os inquiridos e entrevistadas consideraram que o Centro apoiava a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

2.2.7. Discussão dos resultados

Pretendeu-se, com este trabalho, contribuir para compreender o apoio do Centro na inclusão dos alunos.

Tendo em conta o enquadramento teórico deste trabalho de investigação e os dados obtidos no âmbito do presente estudo, poder-se-á proceder a uma discussão dos resultados, relacionando as questões de investigação e os resultados obtidos.

Deve-se sublinhar que, pela natureza deste estudo, focado num estudo de caso, os resultados obtidos não são passíveis de generalização.

Apresentam-se, de seguida, as conclusões por objetivo específico.

No que concerne ao objetivo 1: “conhecer a inclusão de alunos com e sem necessidades educativas especiais no agrupamento”, as entrevistadas consideraram que o Centro de Apoio à Aprendizagem apoia a inclusão de todos os alunos.

Os professores do ensino regular e os de educação especial consideram que todos os alunos estão incluídos na escola e participam nas atividades de aprendizagem da turma.

Conseguimos apurar que os professores do ensino regular e os professores de educação especial preparam atividades em conjunto de apoio à inclusão.

As entrevistadas entendem que o Centro é um facilitador no processo de inclusão, porque, derruba os obstáculos à aprendizagem através das adaptações individuais que realiza na aprendizagem de cada aluno e na criação de materiais pedagógicos adaptados. Averiguámos que os encarregados de educação e os assistentes operacionais estão muito satisfeitos com a inclusão dos alunos na turma do ensino regular.

Verificámos, uma limitação ao processo de Inclusão, quando a Coordenadora de Educação Especial referiu que havia falta de recursos humanos. De facto, a resposta educativa seria mais eficaz com a existência de mais especialistas. Cabe ao Ministério da Educação providenciar mais recursos humanos de apoio à Inclusão.

No atinente ao objetivo 2: “Verificar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo”, apurámos, que na opinião dos professores do ensino regular, professores de educação especial, encarregados de educação e assistentes operacionais, o Centro de Apoio à Aprendizagem claramente desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitam os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

Os docentes de educação especial e os docentes do regular quanto ao objetivo 3: “Averiguar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar”, atentaram que este realizava em conjunto com os docentes da turma materiais adaptados ao currículo do aluno e instrumentos de avaliação diferenciados. Podemos confirmar através da opinião dos docentes de educação especial que todos os alunos participam na aprendizagem da turma, graças a este trabalho colaborativo.

Na perceção das entrevistadas as docentes que desempenham funções no Centro de Apoio à Aprendizagem elaboram diversos recursos de aprendizagem, assim como, instrumentos de avaliação.

Os docentes de educação especial e os professores do ensino regular quanto ao objetivo 4 - “Apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja promove a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação”, consideraram, que este está a promover de forma favorável a criação de ambientes fomentadores da inclusão pela aprendizagem.

Relativamente ao objetivo 5: “verificar a utilização dos materiais didáticos do Centro de Apoio à Aprendizagem”, verificámos que a maioria dos docentes do ensino regular não utiliza os materiais didáticos do Centro. Este é o primeiro ano de funcionamento do Centro e provavelmente os docentes não conhecem os materiais didáticos, o agrupamento devia investir na divulgação e publicitação dos recursos. Contudo, os encarregados de educação e os assistentes operacionais ajuízam que os materiais didáticos do centro são adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.

No que respeita ao objectivo 6; “apurar se o Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja apoia o processo de transição para a vida pós-escolar”, na opinião dos docentes do ensino regular, dos professores de educação especial, dos encarregados de educação e dos assistentes operacionais, o CAA apoia a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

No que concerne ao papel do Centro na aprendizagem, as respostas das entrevistadas foram concordantes, ambas consideram que desempenha um bom “papel”, porque responde às necessidades de aprendizagem de cada aluno diversificando e adaptando as atividades.

Verificamos que existem alguns fios condutores que permitem aos professores deste agrupamento efetivamente ensinar a todos os alunos na sala de aula do ensino regular. São eles, a existência do CAA que promove o trabalho de equipa e espírito de colaboração entre docentes, pais e comunidade, a promoção na escola de ambientes inclusivos e a ajuda que os professores do ensino regular recebem dos professores do centro.

Contudo, verificamos que existem aspetos a melhorar como os horários e a contratação de mais recursos humanos. Ambas as entrevistadas, consideram que articulam com alguns docentes, mas, não com todos, porque, nem sempre é possível a articulação devido aos horários. Pensamos que, seria benéfico, para aos professores terem tempo para planificar e colaborar entre si. Outra melhoria, a realizar, será a contratação de mais recursos humanos.

Não podemos deixar de salientar o facto de todos os professores terem considerado nos inquéritos ser pertinente terem formação relacionada com a inclusão.

Na verdade, a inclusão sugere mudanças significativas ao nível dos procedimentos na sala de aula e os professores terem manifestado interesse na formação relacionada com a inclusão é um ponto forte.

Conclusão

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018 os objetivos do centro são apoiar a inclusão dos alunos na turma, nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo e promover o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar.

Através da opinião dos docentes, encarregados de educação, assistentes operacionais, coordenadora da educação especial e vice-diretora, conseguimos compreender até que ponto o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui para que este Agrupamento em Beja seja inclusivo. Podemos afirmar que o Centro de Apoio à Aprendizagem contribui seguramente para a inclusão dos alunos.

Apurámos de uma forma mais concreta que os alunos com necessidades educativas especiais estão incluídos na escola, na medida em que estão incluídos nas atividades de aprendizagem da turma, nas atividades da escola e a maioria dos docentes de educação especial considerou que os professores do Centro de Apoio à Aprendizagem criam em conjunto com os docentes da turma materiais adaptados ao currículo dos alunos.

Podemos afirmar que, na opinião de todos os sujeitos, o Centro de Apoio à Aprendizagem apoiou a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo, na medida em que os docentes que desempenham funções no Centro de Apoio à Aprendizagem elaboraram diversos recursos de aprendizagem, assim como, instrumentos de avaliação.

Salientamos que os docentes de educação especial opinaram ainda que os docentes das turmas do ensino regular realizam instrumentos de avaliação diferenciados.

Verificamos que, na opinião dos professores do ensino regular, professores de educação especial, encarregados de educação e assistentes operacionais o Centro de Apoio à Aprendizagem claramente desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitam os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

Apurámos que a maioria dos docentes de educação especial, dos docentes do ensino regular e assistentes operacionais afirmam que o Centro de Apoio à Aprendizagem promove a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da inclusão pela aprendizagem.

Através da opinião da maioria dos encarregados de educação e dos assistentes operacionais verificámos que o Centro de Apoio à Aprendizagem deste agrupamento em Beja tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar a aprendizagem de todos os alunos.

No entanto, a maioria dos docentes do ensino regular respondeu que não utiliza os materiais didáticos do Centro de Apoio à Aprendizagem. Acreditamos que urge a necessidade de uma campanha de sensibilização, junto da comunidade educativa para divulgar os recursos pedagógicos.

A maioria dos professores do ensino regular, dos docentes de educação especial e dos assistentes operacionais consideraram que o Centro de Apoio à Aprendizagem apoia a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Conclui-se, deste modo, com base no estudo realizado, que o Centro de Apoio à Aprendizagem responde às necessidades educativas de todos os alunos e que a escola respeita o princípio da igualdade de oportunidades.

As entrevistadas consideraram que o Centro de Apoio à Aprendizagem desempenhou um bom “papel” no apoio às aprendizagens dos alunos e respondeu às necessidades de aprendizagem de cada aluno em específico diversificando e adaptando as atividades.

Chegados ao final do trabalho, importa fazer o levantamento de uma limitação, que foi a sincronização da realização desta investigação com a atividade laboral da investigadora, docente em horário completo. A definição do terreno de estudo também foi alvo de alguma ponderação a fim de evitar riscos que colocassem em causa a exequibilidade do estudo. Sendo a escolha do terreno de investigação em função dos interesses pessoais e das condições e possibilidades de trabalho da investigadora.

Tendo em conta a problemática em estudo e a importância que ela tem na construção de uma escola e de um Mundo inclusivo podemos considerar que o estudo realizado a um Centro de Apoio à Aprendizagem traz benefícios para a escola. O tema em estudo é inovador na medida em que não existe nenhum estudo que tenha já respondido aos objetivos desta investigação. Os dados foram recolhidos de forma isenta. Como não há nenhuma investigação que consiga revelar toda a complexidade da realidade em estudo, não se pode deixar de recomendar novas incursões nesta área.

Conscientes da insuficiência de estudos, na temática, avançamos orientações para futuros trabalhos que prossigam a investigação que desenvolvemos. Pensamos que é importante a realização de mais investigação nas escolas da região, Alentejo e demais regiões portuguesas. Sendo que estas investigações são muito importantes para a melhoria da intervenção do Centro de Apoio à Aprendizagem. O Centro de Apoio à Aprendizagem pretende responder a todos os alunos, facilitando a sua inclusão na escola e na sociedade. O Centro de apoio à Aprendizagem promove em todos os alunos, o direito a uma educação baseada na igualdade e na qualidade. Por fim, o centro apoia todos os alunos na transição para a vida ativa.

Assegurar uma escola verdadeiramente inclusiva não é apenas aceitar toda a diversidade de alunos implica vontades, práticas e aprendizagem cooperativa, porque uma escola só o é quando garante as melhores aprendizagens para todos os alunos. O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, vem reforçar o direito de cada um dos alunos a uma educação consentânea com as suas potencialidades, expectativas e necessidades.

Referências bibliográficas

Ainscow, M. (2009). *Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada?* In O. Fávero, W. Ferreira, T. Ireland & D. Barreiros, Tornar a Educação inclusiva (pp. 11-21). Brasília: Unesco. Brasília: Unesco.

Alberoni, F. (1992). *A Amizade*. (3ª ed.). Editora Rocco.

Albarello, L., D., F., H., J., P., M., C., R., D. (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Aleixo, C., A. (2005). *A Vez e a Voz da Escrita*. Direcção-geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa: Ministério da Educação.

Abrantes, P. (2000). *Princípios sobre currículo e avaliação*. In Proposta de reorganização curricular do ensino básico. (documento de trabalho). Lisboa: ME – Departamento de Educação Básica.

Afonso, J., A. & Afonso, J., A. M., M. (2005). *A Educação Especial em Portugal. Uma memória do movimento associativo dos pais e cidadãos deficientes: as Cooperativas de Educação e Reabilitação (CERCIS)*. Educar em Revista, 25.

Amado, J. S. (2000). *A Técnica de Análise de Conteúdo*. Em Destaque. 5.

Bardin, L. (1988). *A Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bautista, R. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.

Broomhead, C. (2003). *Transição planeada da educação para o emprego para jovens com dificuldades de aprendizagem profundas*. In C. Tilstone, L. Florian, R. Rose, Promover a Educação Inclusiva (pp.308- 310). Lisboa: Instituto Piaget: Horizontes Pedagógicos.

- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. (3ª ed.). Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R., C. & Biklen, S., K. (1994). *Características da investigação qualitativa*. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bardin, L. (1988). *A Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bautista, R. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. (3ª ed.). Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Correia, L., M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L., M. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L., M. (2003). *Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L., M. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um Guia para Educadores e Professores*. (2ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Carmo, H. e F., M. (2008). *Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-Aprendizagem*. (2ª Edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- Correia, L., M. (2010). *Educação Especial e Inclusão*. Porto: Porto Editora.

Correia, L. M. (2013). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: um Guia para Educadores e Professores*. Porto: Porto Editora.

Costa, A.M. e outros (1996). *Currículos Funcionais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Costa, A. B. (1999). *Uma Educação Inclusiva a partir da Escola que temos*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. In *Uma Educação Inclusiva a partir da Escola que temos*.

Domings, Y., C., Y., C., & R., P., K. (2014). *Universal design for learning. Meeting the needs of learners with autism spectrum disorders*. In K. I. Boser, M. S. Goodwin & S. C. Wayland (Eds.), *Technology tools for students with autism. Innovations that enhance independence and learning*. Baltimore: Paul Brookes Publishing.

Ferreira, C., H. (1998). *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Fazenda, I., (Org.). (1999). *Práticas Interdisciplinares na Escola*. (6ª ed.). São Paulo: Cortez.

González, M., C.,O. (2010). *Educação Inclusiva: Uma Escola para Todos*. In L. de M. Correia (Org.), *Educação Especial e Inclusão- Quem Disse Que Uma Sobrevive Sem a Outra Não Está no Seu Perfeito Juízo*. Porto: Porto Editora.

Hill, M., M. & Hill, A. (2016). *Investigação por questionários*. (2ª ed). Lisboa: Edições Sílabo.

Leite, T.,I.,P.,M. (2003). *Necessidades Educativas Especiais*. Editor: Universidade.

Leitão, F., R. (2006). *Aprendizagem Cooperativa e Inclusão*. Lisboa: Edição do Autor.

Nielsen, L., B. (2011). *Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula: Um Guia para Professores*. Porto: Porto Editora.

Miranda, L. (org.) (2010). *Educação Especial e Inclusão. Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto Editora.

Martín, P., & González-Gil, F. (2011). *Experiências de inclusão na formação de professores*. In D. Rodrigues (Org.), *Educação Inclusiva: Dos conceitos às práticas de formação*. Instituto Piaget: Horizontes Pedagógicos.

Pardal, L., & L., E., S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.

Pereira, L (1988). *Evolução histórica da Educação Especial*. Revista Professor, nº105.

Pereira, A. (2003). *Guia prático da utilização do SPSS - Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Quivy, R. & C., L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Roldão, M., C. (1999). *Os professores e a gestão do currículo – perspectivas e práticas em análise*. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, D. (Org.) (2003). *Perspectivas sobre inclusão: Da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora.

Rapp, W. H. (2014). *Universal design for learning in action: 100 ways to teach all learners*. Baltimore: Paul Brookes Publishing.

Sanches, I., R. (2003). *Comportamentos e Estratégias de Actuação Sala de Aula*. Porto: Porto Editora.

81

Santos, B., R. (2008). *Comunidade Escolar e Inclusão. Quando todos Ensinam e Aprendem com Todos*. Colecção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.

Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, M.,J. & B., C., S. (2016). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.

Souza, S. E. (2007). *O uso de recursos didáticos no ensino escolar*. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: (pp. 110 - 114). Arq. Mudi.

Stenhouse, L. (1994). *Case study methods*. In: J. P. Keeves (Ed.), *Educational research, methodology, and measurement: an international handbook*. Oxford: Pergamon Press.

Tomlinson, C., A. (2005). *Grading and Differentiation: Paradox or Good Practice? Theory Into Practice*, 44 (3), 262-269.

Vieira, F., D., & P., C., M. (2012). *Se houvera quem me ensinara, quem aprendia era eu... A Educação de Pessoas com Deficiência Mental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Warwick, C. (2001). *O apoio às escolas inclusivas*. In: David Rodrigues (ed.). *Educação e diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Lisboa: Porto Editora.

Legislação referenciada

Lei PL.94-142 de 1975 (*The Education for all Handicapped Children Act*).

Warnock (1978). *Report of the comitee of enquiry into the education of handicapped children and young people*. Her Majesty's Stationery Office.

Organização das Nações Unidas. (2001). *A Carta Internacional dos Direitos Humanos*. Lisboa, Portugal: Procuradoria-Geral da República Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

UNESCO, (1994) Declaração de Salamanca e Enquadramento da ação na área das Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

UNESCO (1990) *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (Conferência de Jomtien – 1990).

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca*. Paris: UNESCO.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. *Diário da República n.º 129, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 54. (2018). Presidência do Conselho de Ministros [Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva], 2918 – 2928.

Apêndice I – Declaração de Consentimento Informado para a participação na Investigação

Exma. Sr.^a Vice - Diretora do Conselho Executivo

A presente investigação será desenvolvida no âmbito da realização de mestrado em Educação Especial no domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja. No âmbito do projeto com a finalidade de verificar o contributo que o Centro de Apoio à aprendizagem de um agrupamento em Beja tem na inclusão dos alunos, pretende a aluna de mestrado Fátima Ventura Toscano Bravo, efetuar entrevistas à Vice-Diretora e à Coordenadora da educação Especial e inquéritos aos docentes do ensino regular, educação especial, assistentes operacionais e encarregados de educação.

Com a finalidade de alcançar este objetivo, a aluna Fátima Ventura Toscano Bravo, dispõe da orientação do Professor Doutor José Pereirinha Ramalho.

Os dados recolhidos nos questionários destinam-se a procedimentos meramente estatísticos, tendo em vista o alargamento do conhecimento nesta área. Apenas será pedido aos inquiridos que respondam aos questionários e estes serão identificados com um código numérico para facilitar o tratamento dos dados e acima de tudo para manter a máxima confidencialidade dos dados dos diferentes participantes.

Toda a informação será estritamente confidencial e as entrevistas e questionários são anónimos. Só os responsáveis pela investigação terão acesso à informação.

Pede deferimento.

Beja, 7 de Maio, de 2019

A Vice-Diretora, _____

A Mestranda, _____

Apêndice II - Guião de entrevista à Vice - diretora

O contributo do CAA na inclusão de um agrupamento em Beja.

Mestranda: Fátima Ventura Toscano Bravo

Participantes: Vice - Diretora

Local da realização da entrevista: Sala de Reuniões do Agrupamento.

Horário: A definir pelos participantes.

Objetivos gerais:

Conhecer a opinião da Vice - Diretora sobre a ideia de inclusão

Conhecer a apreciação da Vice - Diretora sobre a inclusão no CAA

Conhecer as expetativas da Vice - Diretora sobre o Centro de Apoio à Aprendizagem

Designação dos blocos	Objetivos específicos	Questões	Tópicos	Observações
A – Legitimação Da entrevista. Motivação da entrevistada.	a) Referenciar os objetivos da Entrevista. b) Informar e motivar a entrevistada.	-Fomentar o envolvimento da entrevistada no trabalho a realizar. -Tornar a entrevista pertinente.	a) Informar a entrevistada dos objetivos da entrevista . Será dado espaço para o esclarecimento de dúvidas que possa apresentar. b) Solicitar a prestação Colaborativa da Entrevistada. c) Assegurar o Anonimato das opiniões. d) Pedir permissão á Entrevistada para registar o seu depoimento.	Dar a conhecer o trabalho do mestrado em curso; -Apelar à colaboração da entrevistada salientando a importância do tema; -Frisar o carácter confidencial das informações; -Agradecer a disponibilidade da Entrevistada.
B-Perceção da Vice-diretora Face ao processo de Inclusão no CAA. Bloco C- Encerramento da entrevista.	a) Recolher Opiniões sobre a Inclusão no CAA.	5-Que ideia tem de Inclusão? 6-Quais são as suas expectativas sobre o CAA? 7-Como é que o CAA facilita o processo de Aprendizagem dos alunos? 8-O CAA é inclusivo? 9-O CAA está a preparar os alunos para a inclusão na sociedade? 10- Que opinião tem sobre o papel do CAA nas atividades de aprendizagem? 11-O CAA articula com os docentes? 12-O CAA apoia a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo?	f) Não influenciar as Respostas.	-Ideia de inclusão -Ideia do que é o CAA. -O CAA facilita as aprendizagens. -O CAA contribui para a inclusão. -O papel do CAA. -Articulação entre os docentes. -O apoio do CAA nas diversas componentes do currículo. Agradecer a colaboração.

Apêndice III - Guião de entrevista à Coordenadora da Educação Especial

O contributo do CAA na inclusão de um agrupamento em Beja.

Mestranda: Fátima Ventura Toscano Bravo

Participantes: Coordenadora de Departamento da Educação Especial.

Local da realização da entrevista: Sala de Reuniões do Agrupamento.

Horário: A definir pelos participantes.

Objetivos gerais:

Conhecer a opinião da Coordenadora da Educação Especial sobre a ideia de inclusão.

Conhecer o parecer da Coordenadora da Educação Especial sobre a inclusão no CAA.

Conhecer as expectativas da Coordenadora da Educação Especial sobre o Centro de Apoio à Aprendizagem.

[illegible]

Apêndice IV- Entrevista à Vice - Diretora

- 1- Idade?
- 2-Tempo de serviço?
- 3- Exerce funções como Vice - Diretora há quantos anos?
- 4-Qual a formação?
- 5-Que ideia tem de Inclusão?
- 6-Quais são as suas expectativas sobre o CAA?
- 7-Como é que o CAA facilita o processo de aprendizagem dos alunos?
- 8-Considera o CAA é inclusivo?
- 9-O CAA está a preparar os alunos para a inclusão na sociedade?
- 10- Que opinião tem sobre o papel do CAA nas atividades de aprendizagem?
- 11-Os docentes do CAA apoiam a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.
- 12-Na seu parecer no CAA existe material didático adequado que possa facilitar a aprendizagem dos alunos.
- 13-Na sua opinião o CAA possui materiais pedagógicos suficientes para utilizar em sala de aula com os alunos.
- 14-O CAA apoia a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo?
- 15- O CAA articula com os docentes?

Muito obrigada pela sua colaboração.

1- Idade?

R:60 anos.

2-Tempo de serviço?

R:44 a leccionar.

3- Exerce funções como Vice - Diretora há quantos anos?

R:4 anos.

4-Qual a formação?

R:Licenciatura.

5-Que ideia tem de Inclusão?

R:É a integração e aceitação de todos pelos pares respeitando as suas diferenças.

6-Quais são as suas expectativas sobre o CAA?

R:Que o Centro de apoio á Aprendizagem dê respostas às necessidades de todos os alunos.

7-Como é que o CAA facilita o processo de aprendizagem dos alunos?

R:Facilita através das medidas de inclusão definidas para cada um dos alunos tendo em conta as suas especificidades

8-Considera o CAA é inclusivo?

R:Sim,tendo em conta a falta de recursos humanos. Contudo os que tem move-os de forma adequada.

9-O CAA está a preparar os alunos para a inclusão na sociedade?

R:Penso que sim, através do desenvolvimento/aquisição de competências académicas e regras sociais.

10- Que opinião tem sobre o papel do CAA nas atividades de aprendizagem?

R:Na minha opinião o CAA desempenha um bom “papel” no apoio às aprendizagens dos alunos.

11-Os docentes do CAA apoiam a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

R:Sim com alguns docentes. Nem sempre é possível a articulação devido aos horários.

12-Na seu parecer no CAA existe material didático adequado que possa facilitar a aprendizagem dos alunos.

R:As docentes que desempenham funções no Centro de Apoio à Aprendizagem elaboravam diversos recursos de aprendizagem.

13-Na sua opinião o CAA possui materiais pedagógicos suficientes para utilizar em sala de aula com os alunos.

14-O CAA apoia a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo?

R:As docentes que desempenham funções no CAA têm elaborado diversos recursos de aprendizagem, assim como, instrumento de avaliação para as diversas componentes do currículo.

15- O CAA articula com os docentes?

R:Sim.

Apêndice V- Entrevista à Coordenadora da Educação Especial

- 1- Idade?
- 2-Tempo de serviço?
- 3- Exerce funções como Coordenadora há quantos anos?
- 4-Qual a formação?
- 5-Que ideia tem de Inclusão?
- 6-Quais são as suas expectativas sobre o CAA?
- 7-Como é que o CAA facilita o processo de aprendizagem dos alunos?
- 8-Considera o CAA inclusivo?
- 9-O CAA está a preparar os alunos para a inclusão na sociedade?
- 10- Que opinião tem sobre o papel do CAA nas atividades de aprendizagem?
- 11-Os docentes do CAA apoiam a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.
- 12.Na seu parecer no CAA existe material didático adequado que possa facilitar a aprendizagem dos alunos.
- 13.Na sua opinião o CAA possui materiais pedagógicos suficientes para utilizar em sala de aula com os alunos.
- 14-O CAA apoia a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo?
- 15- O CAA articula com os docentes?

Muito obrigada pela sua colaboração.

Apêndice VI – Respostas da Entrevista realizada à Coordenadora da Educação Especial

1- Idade?

R:60 anos.

2-Tempo de serviço?

R:43.

3- Exerce funções como Coordenadora há quantos anos?

R:4 anos.

4-Qual a formação?

Mestrado em Educação Especial domínio Cognitivo e Motor.

5-Que ideia tem de Inclusão?

R:Sentimento de pertença a uma comunidade e respeito pelas diferenças.

6-Quais são as suas expectativas sobre o CAA?

R: O Centro de apoio à aprendizagem é para todos os alunos.

7-Como é que o CAA facilita o processo de aprendizagem dos alunos?

R:Facilita através da adaptação para cada aluno de metodologias e materiais pedagógicos específicos.

8-Considera o CAA inclusivo?

R:Sim. Mas são necessários mais recursos humanos para dar uma resposta mais eficaz.

9-O CAA está a preparar os alunos para a inclusão na sociedade?

R:Sim.Todos os alunos adquirem competências académicas e sociais.

10- Que opinião tem sobre o papel do CAA nas atividades de aprendizagem?

R:O CAA responde às necessidades de aprendizagem de cada um diversificando e adaptando as atividades de aprendizagem.

11.Na seu parecer no CAA existe material didático adequado que possa facilitar a aprendizagem dos alunos.

R:O CAA detém poucos materiais didáticos, mas, o que possui são adequados.

12. Na sua opinião o CAA possui materiais pedagógicos suficientes para utilizar em sala de aula com os alunos.

R: O CAA beneficia de alguns materiais didáticos, mas, são insuficientes.

13- Os docentes do CAA apoiam a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

R: O CAA articula com alguns docentes. A comunidade escolar revela pouca abertura. Por outro lado o horário nem sempre permite a articulação.

14- O CAA apoia a criação de recursos e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo?

R: O CAA apoia a criação de recursos e instrumentos.

15- O CAA articula com os docentes?

R: Sim.

Apêndice VII - Questionário aos docentes do Ensino Regular

Este questionário destina-se a recolher dados para um estudo no âmbito do mestrado em Educação Especial, Especialização do Domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação de Beja com o objetivo de conhecer o papel do Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja na inclusão dos alunos e consta de 2 partes. A primeira é referente a dados de identificação geral. A segunda corresponde a questões sobre inclusão. As respostas ao questionário são anónimas e confidenciais, pelo que esperamos que responda com a máxima sinceridade. Agradece-se desde já a sua preciosa colaboração para se poder desenvolver este projeto.

I – Dados de Identificação

1. Idade: _____

2. Sexo: Feminino ☐ Masculino ☐

3. Grau de ensino a que pertence: _____

II - Formação

4. Habilitação Profissional _____

5. Número de anos de serviço _____

6. Possui algum tipo de formação especializada em Educação Especial?

Sim ☐

Não ☐

Se sim, em que domínio/ área: _____

7. Durante a Licenciatura adquiriu competências para trabalhar com alunos com necessidades educativas específicas?

Sim ☐

Não ☐

8. Participou em cursos de formação sobre educação inclusiva?

Sim ☐

Não ☐

9.Considera que na formação inicial deveria haver alguma sensibilização à inclusão escolar?

Sim ☐

Não ☐

10.Considera pertinente a frequência de formação contínua na área da Educação Especial?

Sim ☐

Não ☐

III - Experiência Profissional

11. Tem experiência na educação de alunos com Necessidades educativas específicas nas suas turmas?

Sim ☐

Não ☐

IV - Inclusão dos alunos

12.Prepara tarefas de aprendizagem visando a inclusão de todos os alunos em conjunto com os docentes de Educação Especial?

Sim ☐

Não ☐

13.Como avalia a experiência de inclusão nas turmas, frequentadas por alunos com Necessidades educativas específicas?

Sim incluídos ☐

Não incluídos ☐

14.Pede ajuda enquanto docente para resolver eventuais preocupações com os alunos?

Sim ☐

Não ☐

15.Colabora com outros professores?

Sim ☐

Não ☐

V- O CAA e a Inclusão dos alunos

16.Tem alunos a frequentar o CAA?

Sim ☐

Não ☐

17.Alguma vez utilizou os materiais didáticos do CAA para facilitar a aprendizagem dos alunos seus alunos?

Sim ☐

Não ☐

18. Na sua opinião todos os alunos participam nas atividades de aprendizagem da turma.

Sim ☐

Não ☐

19.Os docentes do CAA apoiam os docentes da turma.

Sim ☐

Não ☐

20.O professores do CAA apoiam a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

Sim ☐

Não ☐

21.O CAA desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

Sim ☐

Não ☐

22.O CAA promove a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da inclusão pela aprendizagem.

Sim ☐

Não ☐

23.Os docentes do CAA apoiam a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Sim ☐

Não ☐

Apêndice VIII - Questionário aos professores de Educação Especial

Este questionário destina-se a recolher dados para um estudo no âmbito do mestrado em Educação Especial, Especialização do Domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação de Beja com o objetivo de conhecer o papel do Centro de Apoio à Aprendizagem de um agrupamento em Beja na inclusão dos alunos e consta de 2 partes. A primeira é referente a dados de identificação geral. A segunda corresponde a questões sobre inclusão. As respostas ao questionário são anónimas e confidenciais, pelo que esperamos que responda com a máxima sinceridade. Agradece-se desde já a sua preciosa colaboração para se poder desenvolver este projeto.

I – Dados de Identificação

1. Idade _____
2. Sexo: Feminino ☐ Masculino ☐
3. Grau de ensino a que pertence _____
4. Habilitação Profissional _____
5. Número de anos de serviço _____
6. Qual é o domínio da formação especializada? _____
7. Com quantos alunos com necessidades educativas específicas trabalha este ano letivo? _____

II- Inclusão dos alunos com necessidades educativas específicas na escola

8. Considera a frequência do CAA positiva para o processo de inclusão?

Sim ☐

Não ☐

9. Os seus alunos com necessidades educativas específicas frequentam as turmas do ensino regular?

Sim ☐

Não ☐

10. Como avalia a experiência de inclusão nas turmas, frequentadas

Por alunos com necessidades educativas específicas?

Sim Incluídos ☐

Não incluídos ☐

11.Prepara atividades em conjunto com os docentes do ensino regular para promover o relacionamento entre os alunos com necessidades educativas específicas e sem necessidades educativas específicas?

Sim ☐

Não ☐

12.Considera positiva a integração de alunos com necessidades educativas específicas nas salas de aula do ensino regular?

Sim ☐

Não ☐

III- O CAA e a Inclusão dos alunos

13.Os docentes da turma realizam adaptações curriculares em conjunto com os docentes do CAA?

Sim ☐

Não ☐

14.Os docentes do CAA constroem em conjunto com os docentes da turma materiais adaptados ao currículo dos alunos?

Sim ☐

Não ☐

15.Os docentes da turma realizam individualmente materiais adaptados?

Sim ☐

Não ☐

16.Os docentes da turma realizam instrumentos de avaliação diferenciados?

Sim ☐

Não ☐

17.Que modalidade de trabalho é que os docentes do CAA e os da turma mais utilizam?

Individual ☐

Cooperativo ☐

18.Existe no horário dos docentes de Educação Especial horas para o trabalho cooperativo entre docentes?

Sim ☐

Não ☐

19.No seu parecer no CAA existe material didático adequado que possa facilitar a aprendizagem dos alunos?

Sim ☐

Não ☐

20.Na sua opinião o CAA possui materiais pedagógicos suficientes para utilizar em sala de aula com os alunos?

Sim ☐

Não ☐

21. Na sua opinião todos os alunos participam nas atividades de aprendizagem da turma.

Sim ☐

Não ☐

22.Os docentes do CAA apoiam os docentes da turma.

Sim ☐

Não ☐

23.Os docentes do CAA apoiam a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

Sim ☐

Não ☐

24.O CAA desenvolve metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

Sim ☐

Não ☐

25.O CAA promove a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da inclusão pela aprendizagem.

Sim ☐

Não ☐

26.O CAA Apoia a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Sim ☐

Não ☐

Apêndice IX - Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos

Este questionário insere-se num trabalho de investigação no âmbito da tese de Mestrado

De Educação Especial e procura compreender o papel do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) de um agrupamento em Beja na inclusão dos alunos.

A sua opinião é fundamental pelo que se agradece a resposta às questões abaixo.

A análise do seu conteúdo servirá apenas propósitos académicos e será garantida a confidencialidade.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Idade _____

2. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

II – AVALIAÇÃO DO CAA

Por favor, indique o grau de Satisfação ou Insatisfação relativamente ao CAA.

Das afirmações que se seguem assinale com um (x) a resposta apropriada.

USE A SEGUINTE ESCALA:				
1 = Satisfatório	2 = Muito Satisfatório	3 = Insatisfatório	4 = Muito Insatisfatório	
Afirmações	1 - Satisfatório	2 - Muito Satisfatório	3- Insatisfatório	4- Muito Insatisfatório
1-O CAA tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.				
2-O Centro de Apoio à Aprendizagem facilita a autonomia, aprendizagem e adaptação do aluno ao contexto escolar.				
3-O CAA apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.				
4-Inclusão na turma do ensino regular.				
5-Inclusão nas atividades da escola.				
6-O Centro de Apoio à Aprendizagem promove a criação de ambientes ricos em comunicação e interação, fomentadores da inclusão pela aprendizagem.				

Muito obrigada pela sua colaboração.

Apêndice X - Questionário aos Assistentes Operacionais da Escola

Este questionário insere-se num trabalho de investigação no âmbito da tese de Mestrado De Educação Especial e procura compreender o papel do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) de um agrupamento em Beja na inclusão dos alunos.

A sua opinião é fundamental pelo que se agradece a resposta às questões abaixo.

A análise do seu conteúdo servirá apenas propósitos académicos e será garantida a confidencialidade.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Idade: _____

2. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

II – AVALIAÇÃO DO CAA

Por favor, indique o grau de Satisfação ou Insatisfação relativamente ao CAA.

Das afirmações que se seguem assinale com um (x) a resposta apropriada.

USE A SEGUINTE ESCALA:				
1 = Satisfatório	2 = Muito Satisfatório	3 = Insatisfatório	4 = Muito Insatisfatório	
Afirmações	1- Satisfatório	2- Muito Satisfatório	3- Insatisfatório	4- Muito Insatisfatório
1-O CAA tem materiais didáticos adequados e suficientes para facilitar as aprendizagens dos alunos.				
2-O Centro de Apoio à Aprendizagem facilita a autonomia, aprendizagem e adaptação do aluno ao contexto escolar.				
3-O CAA apoia o processo de transição para a vida pós-escolar.				
4-Inclusão na turma do ensino regular.				
5-Inclusão nas atividades da escola.				
6-O Centro de Apoio à Aprendizagem promove a criação de ambientes ricos em comunicação e interação, fomentadores da inclusão pela aprendizagem.				

Muito obrigada pela sua colaboração.